

**COMISSÃO ESPECIAL DESTINADA A
ACOMPANHAR E ESTUDAR PROPOSTAS DE
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A JUVENTUDE**

**CONFERÊNCIA NACIONAL DE
JUVENTUDE**

16 a 18 de junho de 2004

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	4
PROGRAMAÇÃO	5
GRUPOS TEMÁTICOS:	8
1) EDUCAÇÃO SUPERIOR	8
2) EDUCAÇÃO PROFISSIONAL	12
3) EDUCAÇÃO BÁSICA	13
4) TRABALHO, EMPREGO, RENDA E EMPREENDEDORISMO	18
5) SAÚDE, SEXUALIDADE E DEPENDÊNCIA QUÍMICA	22
6) CULTURA E ARTE	24
7) ESPORTE E LAZER	27
8) COMUNICAÇÃO	29
9) AFIRMAÇÃO DE IDENTIDADES (HOMOSSEXUAIS, NEGROS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA)	32
10) JUVENTUDE E MEIO RURAL	39
11) CIDADANIA, MOBILIZAÇÃO SOCIAL E AUTO-ORGANIZAÇÃO DA JUVENTUDE	42
12) CIENCIA, TECNOLOGIA, PESQUISA E POS GRADUAÇÃO	49
13) DESENHO INSTITUCIONAL (PLANO NACIONAL E ESTATUTO DA JUVENTUDE)	51
14) CULTURA DE PAZ	56
15) MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	59
16) JUVENTUDE E DISCUSSÃO DE GÊNERO (POLÍTICAS PARA AS MULHERES)	61
17) EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL	68
COMENTÁRIOS DA COMISSÃO:	70

APRESENTAÇÃO

A Comissão Especial destinada a acompanhar e estudar propostas de Políticas Públicas para a Juventude, da Câmara dos Deputados, disponibiliza mais um relatório de atividades.

Neste documento estão transcritas as propostas elaboradas pelos dezessete grupos temáticos reunidos na Conferência Nacional de Juventude, de 16 a 18 de junho de 2004, em Brasília, no Distrito Federal, a relação dos coordenadores, dos relatores e dos expositores de cada um dos grupos temáticos e um breve comentário da Comissão Especial sobre cada um dos grupos.

Quando iniciamos nossas atividades, em 7 de maio de 2003, tínhamos um cronograma a cumprir e algumas informações esparsas das atividades juvenis em desenvolvimento no nosso País, inclusive a nossa Comissão falava de políticas públicas para a juventude. Hoje, diríamos políticas públicas de juventude. Podemos afirmar que conhecemos a nossa juventude, bem mais, acumulamos depoimentos, obtivemos informações preciosas de organizações parceiras, ouvimos os jovens de todo o País nos encontros regionais realizados nos meses de março, abril e maio de 2004, pesquisamos a vasta bibliografia produzida nos últimos tempos e incorporamos às propostas legislativas todas as contribuições que recebemos.

Realizamos um trabalho de verdadeira construção democrática e continuaremos aperfeiçoando a legislação para que os jovens brasileiros tenham leis próprias, órgãos de representação, e, voz e voto em todas as instâncias dos governos federal, estadual e municipal e que o termo *juventude* seja inserido no texto constitucional.

Deputado Reginaldo Lopes
Presidente

Deputado Benjamin Maranhão
Relator

PROGRAMAÇÃO

16 de junho (quarta-feira)

9h – Solenidade de abertura

10h30 às 12h30

Painel: Juventude, Políticas Públicas e Estratégia Nacional

Coordenação: Representante da Comissão Especial de Políticas Públicas Para Juventude – Cejuvent

Expositores: Comissão de Juventude da Câmara – Deputado Reginaldo Lopes, Projeto Juventude – coordenador do projeto, Grupo Interministerial de Juventude e UNESCO

14h às 16h

Painel: Pressupostos para as Políticas Públicas de Juventude no Brasil

Coordenação: Representante da Cejuvent

Expositores: Coordenação Nacional dos Movimentos Sociais – MST, Movimento Estudantil – UNE, Hip Hop – MHOB e Rede Nacional de Organizações Juvenis/Conselho Juv. Partidárias

16h às 17h30

Plenária – Perguntas por escrito à mesa

18h às 19h30

Painel Especial: O Relato das Contribuições das Audiências Estaduais

Inauguração da Exposição da Comissão de Juventude com Painéis dos Estados

20h – Atividades de Integração no Alojamento

17 de junho (quinta-feira)

10h às 16 h - Grupos Temáticos

1. Educação Superior

Coordenador da Mesa: Deputada Alice Portugal (PcdoB-BA)

Provocador Temático da Juventude: União Nacional dos Estudantes – UNE

Expositores Temáticos: Ministério da Educação, Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados

Relator: Jovem

2. Educação Profissional

Coordenador da Mesa: Deputado Lobbe Neto (PSDB-SP)

Provocador Temático da Juventude: Sindicato Nacional de Escola de Ensino Federal – Sinasefe e União Brasileira dos Estudantes Secundaristas – UBES

Expositores Temáticos: Ministério da Educação, Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados

3. Educação Básica

Coordenador da Mesa: Deputado Carlos Abicalil (PT-MT)

Provocador Temático da Juventude: UBES/UNDIME

Expositores Temáticos: Ministério da Educação, Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados

Relator: Jovem

4. Trabalho, Emprego, Renda e Empreendedorismo

Coordenador da Mesa: Deputado Benjamim Maranhão (PMDB-PB)

Provocador Temático da Juventude: Coletivo de Jovens da Central Única dos Trabalhadores – CUT e Confederação Nacional de Jovens Empresários – Conaje

Expositores Temáticos: Instituto Aliança com Adolescentes, Ministério do Trabalho, Sebrae, Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara dos Deputados

Relator: Jovem

5. Saúde, Sexualidade e Dependência Química

Coordenador da Mesa: Representante da Cejuvent

Provocador Temático da Juventude: ECOS – Comunicação em Sexualidade

Expositores Temáticos: Ministério da Saúde, Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados

Relator: Jovem

6. Cultura e Arte

Coordenador da Mesa: Deputada Marinha Raupp

Provocador Temático da Juventude: Grupo Cultural Afro Reggae e Nação Hip Hop

Expositores Temáticos: Ministério da Cultura, Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados

Relator: jovem

7. Esporte e Lazer

Coordenador da Mesa: Representante de Cejuvent

Provocador Temático da Juventude: Confederação Brasileira de Desporto Universitário - CBDU e Executiva Nacional de Estudantes de Educação Física - Ex-NEEF

Expositores Temáticos: Ministério dos Esportes, Comissão de Turismo e Desporto da Câmara dos Deputados

Relator: jovem

8. Comunicação

Coordenador da Mesa: Deputado Maurício Rabelo (PL-TO)

Provocador Temático da Juventude: Associação Brasileira de Rádios Comunitárias Abraço, Rede Brasil de Comunicação Cidadã - RBC e Associação Nacional dos Direitos da Infância - Andi

Expositores Temáticos: Ministério das Comunicações, Comissão de Ciência e Tecnologia Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados

Relator: jovem

9. Afirmação de identidades - homossexuais, negros e portadores de necessidades especiais

Coordenador da Mesa: Eduardo Barbosa (PSDB-MG)

Provocador Temático da Juventude: União de Negros pela Igualdade - Unegro, Movimentos GLBTT (Gays, Lésbicas, Travestis e Transgêneros)

Expositores Temáticos: Secretaria Especial de Políticas para Promoção da Igualdade Racial - SEPPIR e Comissão de Direitos Humanos e Minorias

Relator: jovem

10. Juventude e Meio Rural

Coordenador da Mesa: Deputado Vignatti (PT-SC)

Provocador Temático da Juventude: Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag, FETRAF - SUL Federação dos Trabalhadores da Agricultura Familiar e MST

Expositores Temáticos: Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura e Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados

Relator: jovem

11. Cidadania, Mobilização Social, auto-organização da juventude

Coordenador da Mesa: Deputado Zonta (PP-SC)

Provocador Temático da Juventude Pastoral da Juventude – PJ, Juventude Partidária, Fundação Athos Bulcão

Expositores Temáticos: Secretaria Especial de Direitos Humanos, Comissão de Legislação participativa da Câmara dos Deputados

Relator: jovem

12. Ciência, Tecnologia, Pesquisa e Pós Graduação

Coordenador da Mesa: Deputada Professora Raquel Teixeira (PSDB-GO)

Provocador Temático da Juventude: Associação Nacional de Pós Graduando Executiva Nacional - ANPG dos Programas Especiais de Treinamento - PET's

Expositores Temáticos: Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério da Educação, Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática da Câmara dos Deputados

Relator: jovem

13. Desenho Institucional (Plano Nacional e Estatuto da Juventude)

Coordenador da Mesa: Deputado Reginaldo Lopes (PT-GO)

Provocador Temático da Juventude: Grupo de Trabalho Interministerial sobre Juventude, Cejuvent e Coordenadora de Juventude da Cidade de São Paulo

Expositores Temáticos: Instituto Aliança e Vereador Nabil Bonduki (ex-presidente da Comissão de Juventude da Câmara dos Deputados)

Relator: jovem

14. Cultura de Paz

Coordenador da Mesa: Deputado Milton Cardias (PTB-RS)

Provocador Temático da Juventude: UNIPAZ, Instituto Sou da Paz, Comunidade Bahai

Expositores Temáticos: Ministério da Justiça, Brahma Kumaris, UNESCO, Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organização e Narcotráfico

Relator: jovem

15. Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Coordenador da Mesa: Deputado Zico Bronzeado (PT-AC)

Provocador Temático da Juventude: WWF e Elo Amigo

Expositores Temáticos: Ministério do Meio Ambiente e Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Relator: jovem

16. Educação não formal

Coordenador da Mesa: Representante da CEJUVENT

Provocador Temático da Juventude: UEB - União dos Escoteiros do Brasil, YMCA, Congresso Brasileiro de Educação não formal, Ação Educativa

Expositores Temáticos: Ministério da Educação e Comissão de Educação e Cultura da Câmara dos Deputados

Relator: jovem

17h30 - Reunião dos Relatores e Coordenadores dos Grupos de Trabalho

17h45 - Programação Cultural

I CONFERÊNCIA NACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS PARA JUVENTUDE

(de 16 a 18 de junho de 2004 - Brasília - DF)

GRUPOS TEMÁTICOS:

1) EDUCAÇÃO SUPERIOR¹

Relatores: Daniela Póvoa Machado (SC) e Júlio Salas (AM)

Roteiro:

- ? Contextualização do período histórico em que vivemos após eleição de Lula;
- ? Ressaltar a importância da CEJUVENT da Câmara de Deputados.

Resumo: participaram aproximadamente setenta pessoas, com cerca de quarenta e cinco intervenções, cujo debate focou a Educação Superior, priorizando-se as discussões sobre o seu acesso e permanência.

A Reforma Universitária é um tema caro aos estudantes. Ao longo da história das instituições universitárias, a busca por um ensino superior comprometido com o avanço social mobilizou e sensibilizou milhares de estudantes. Vivemos nós, portanto, o nosso momento nessa história. Muitas vezes pode parecer que a história até se repete, pois muitos dos ideais de Córdoba ainda estão presentes na luta de hoje pela reforma universitária. O novo modelo de país, em disputa na sociedade e no novo governo, exige uma nova universidade. Pode-se afirmar, também, que o grau de transformação a ser alcançado no ensino superior depende, em grande medida, dos avanços obtidos na mudança do país – nos rumos da sua política econômica, ainda herdada nos anos de neoliberalismo; da afirmação do papel do Estado e do fortalecimento da nova política externa já em curso, fundada em bases soberanas e comprometida com os interesses nacionais.

A Reforma da Universidade brasileira, por si só, é um passo importante para as reformas estruturais pelas quais precisam passar toda a educação. Nesse sentido, compreendemos que é necessária a construção

¹ Coordenadora e Expositora: Deputada Alice Portugal (PcdoB/BA), Provocador Temático: Gustavo Petta/Geraldo Villar (UNE)/ Louise Caroline (UNE).

de um Sistema Nacional de Educação que articule todos os níveis de ensino, na perspectiva de uma ação integrada para a solução dos problemas educacionais brasileiros.

A Universidade Pública brasileira é sobrevivente da década de 90. Mesmo com todo trabalho sistemático feito pelos Governos Neoliberais para restringir sua autonomia, privatizar sua pesquisa, sufocar seus recursos e impedir avanços democráticos, essa universidade que temos hoje ainda é responsável pelo melhor Ensino de Graduação do País, pela quase totalidade das pesquisas desenvolvidas, por projetos de extensão de grande relevância e por serviços de ponta como os hospitais universitários. Reforçar e ampliar esse sistema são fundamentais para o País. É este o principal desafio da reforma universitária.

No que se refere ao Programa Universidade Para todos, nos manifestamos contrários à isenção e ocupação de vagas nas instituições com fins lucrativos e saudamos a iniciativa de controle real do Estado sobre as Instituições Filantrópicas.

Por fim, acompanhamos com entusiasmo o pronunciamento do Ministro de Estado da Educação, Tarso Genro, no último dia sete de junho, acerca dos enunciados gerais sobre os princípios e as diretrizes da Reforma da Educação Superior, no que diz respeito aos sete pontos elencados: Missão da Educação Superior, Autonomia, Financiamento, Acesso e Permanência, Estrutura e Gestão, Avaliação e Conteúdo e Programas. Esses assuntos serão abordados em colóquios, oitivas e audiências públicas regionais nas várias regiões do país. O anúncio priorizou a Educação como dever do Estado e Direito de Todos; a Universidade a serviço de um projeto de desenvolvimento nacional; a realização de ciclos básicos de dois anos com debates filosóficos, sociológicos, culturais e etc; eleições diretas para reitor e pró-reitor; e uma série de elementos que contemplam nossos anseios históricos.

Mas temos consciência de que é preciso muita luta para aprovar tais Políticas Públicas. E nós abraçaremos esse desafio.

Resumo das propostas discutidas no grupo e sistematizadas pelos relatores:

Autonomia Universitária:

1. Garantia de autonomia didática, científica, pedagógica e de gestão financeira tal como versa o artigo 207 da Constituição Federal;
2. Execução da norma do PNE que garanta a formação de um fundo composto por 75% dos recursos da União vinculados à educação;
3. Contra qualquer proposta de autonomia financeira que signifique a desresponsabilização do Estado pelo financiamento da Universidade Pública.

Democracia:

1. Pela aprovação da lei de escolha de dirigentes que dê autonomia às universidades;
2. Por conselhos paritários e eleições diretas para reitor;
3. Democratização da definição do orçamento da universidade, com a ampla participação da comunidade acadêmica e setores da sociedade civil envolvidos com o cotidiano da universidade.

Acesso e permanência:

1. Dobrar, com garantia de qualidade, o número de vagas nas instituições de ensino superior público;
2. Ampliação dos cursos noturnos;
3. Pela aprovação de um plano nacional de assistência estudantil;
4. Cotas para negros;
5. Reserva de vagas para estudantes oriundos da escola pública.

Financiamento:

1. Elevar os níveis percentuais do PIB da educação (7%);
2. Pela derrubada dos vetos ao PNE;
3. Contra taxas e cobranças de qualquer natureza nas universidades públicas;

4. Desvinculação do pagamento de aposentados, precatórios e pensionistas do orçamento das universidades públicas;
5. Fim dos cursos pagos nas instituições de ensino superior público;
6. Fim das fundações privadas nas instituições de ensino superior público.

Regulamentação do Ensino Pago:

1. Maior controle do Estado sob as instituições privadas, que garanta os critérios de qualidade, assegurando o tripé ensino-pesquisa-extensão;
2. Por uma nova lei de mensalidades;
3. Fim do FIES! Em defesa de um novo crédito educativo;
4. Por um verdadeiro programa de amparo ao estudante carente;
5. Mais bolsas de estudo;
6. Contra a perseguição aos inadimplentes, pelo direito à matrícula;
7. Redução das mensalidades já!

Assistência Estudantil:

1. Elaboração de uma política de assistência estudantil compreendida como elemento indispensável para a permanência dos universitários na instituição de ensino, assegurando-lhes formação completa e de qualidade;
 2. Pela rubrica específica para a Assistência Estudantil.
- ? Que a lei 10.639 seja cumprida e que o MEC pressione as universidades públicas para a implantação de cursos de licenciatura sobre a verdadeira história do povo negro no Brasil e do continente africano;
- ? Que todo projeto de cotas venha acompanhado de políticas de permanência do jovem negro nas universidades e políticas de inclusão no mercado de trabalho, ampliando o sistema de cotas para as pós-graduações e mestrados.

2) EDUCAÇÃO PROFISSIONAL²

Relatores: Hanuis Salleh (MG), Leandro (MG), Paulo Eduardo (PR) e Tiago Santana (MG).

Dever do Estado:

1. Garantir políticas públicas para o Ensino Técnico e seu funcionamento com qualidade;
2. Incluir a Educação Profissional dentro de um Projeto de Desenvolvimento Nacional;
3. Revogar o Decreto 2.208/97.

Financiamento

1. O Sistema de financiamento deve ser priorizado dentro de um programa orçamentário, por tratar-se de um ponto estratégico no desenvolvimento científico e tecnológico do País;
2. Sistema único para o financiamento da educação, através de um Fundo de Desenvolvimento da Educação Profissional (FUNDEP), reunindo verbas de trabalhadores (FAT), de empresários e, principalmente, do governo;
3. Combate à terceirização da Educação em instituições públicas;
4. Garantia de investimento de uma porcentagem mínima do PIB nacional para o FUNDEP;
5. Criar um colegiado específico para o gerenciamento do FUNDEP;
6. Combate às taxas ilegais, criadas para suprir a ausência de investimento estatal.

Cefetização:

1. Garantia de um CEFET de qualidade e que atenda à finalidade para a qual foi criado, mas com as devidas adaptações ao atual contexto histórico;
2. Garantir que os chamados “cefetinhos” recebam verba como CEFET's de

² Coordenador: Deputado Lobbe Neto (PSDB/SP).

fato e não como escolas técnicas, evitando apenas o status de cefet;

3. Combate à elitização dos cefet's através da **reserva de vagas para estudantes oriundos de escolas públicas, por curso e por turno, incluindo os cursos técnicos e de Ensino Médio** ofertados por essas instituições.

Estágio:

1. Regularizar o estágio para que não haja exploração dos estudantes, garantindo que o estágio seja de fato um momento de aprendizado do jovem, acabando com o uso de estagiários como mão-de-obra barata;
2. Criação ou fortalecimento de um órgão vinculado ao MEC para fiscalização dos estágios.

Gestão democrática:

1. Democratização dos colegiados internos através da sua paridade entre técnico-administrativos e professores;
2. Eleição direta com paridade para dirigentes de instituições públicas;
3. Criar Fóruns mais amplos que os conselhos e colegiados, para discussão de temas como orçamento da instituição, projeto político-pedagógico e grade curricular.

Sistema "S"

1. Fiscalização pelo governo através de um sistema tripartite (governo, empresariado e trabalhadores);
2. Priorizar verba pública para instituições públicas;
3. Grade curricular mais vinculada a um projeto de desenvolvimento do país.

3) EDUCAÇÃO BÁSICA³

Relatores: Talia Bárbara Tumelero (SC), Talita Conti (DF), Viviene Adriana (MG) e Vanicleudo Batista (RN)

³ Coordenador: Deputado Carlos Abicalil (PT/MT)

Propostas:

1. Defesa por uma educação pública gratuita e de qualidade;
2. Por um ensino básico, unitário e universal; Expansão do ensino público gratuito com garantia de qualidade;
3. Investir na melhoria do ensino através de um pacto com diversos atores sociais, englobando os aspectos humanos, físicos e tecnológicos, visando à erradicação do analfabetismo e ao aumento do nível de escolaridade;
4. Fortalecer as relações sociais vinculando família, jovem e escola como tripé formador de valores;
5. Proporcionar ao jovem a construção de uma identidade, tornando-o um cidadão participativo;
6. Trabalhar temáticas como identidade, auto-estima, ética, sexualidade, drogas, trabalho, cidadania e comunicação com a rede de ensino público e a sociedade civil;
7. Incluir, no ensino básico, o jovem portador de necessidades especiais através da garantia de acessibilidade aos portadores de deficiência (PPD's);
8. Relacionar o conteúdo do currículo escolar com a realidade e o cotidiano da comunidade na qual a escola se insere e com peculiaridades regionais;
9. Garantir ao jovem espaço para desenvolver ações voltadas para o esporte, arte, lazer, cultura e comunicação;
10. Valorizar o corpo docente promovendo um mapeamento qualitativo e avaliativo do ensino, detectando as necessidades e estabelecendo prioridades de trabalho para supri-las, além de incentivar o aprimoramento e o desenvolvimento dos professores através de programas de capacitação continuada;
11. Estabelecer o sistema meritocrático como base para a escolha dos diretores escolares, vinculando-o ao sistema de eleição direta pela comunidade escolar;
12. Efetivar a construção participativa do projeto político-pedagógico em cada escola, condicionando o ambiente onde os estudantes possam demonstrar seus ímpetus transformadores, afirmando sua identidade;

13. Integrar as políticas públicas de saúde com a escola, promovendo ações educativas além de orientação e acompanhamento médico, odontológico e psicológico aos jovens;
14. Pela instituição, em todas as escolas, de fóruns democráticos e paritários de discussão e deliberação (conselhos e colegiados);
15. Não-inclusão da Educação nas negociações da ALCA e da OMC;
16. Derrubada dos vetos de Fernando Henrique Cardoso ao Plano Nacional de Educação, que permitirá um investimento de 7% do PIB, tendo como objetivo estratégico o alcance do patamar de 10% do PIB;
17. Substituição do modelo do FUNDEF pelo novo modelo FUNDEB, fundo este que contemple toda a educação básica;
18. Mais creches e ampliação das vagas na Educação Pública Infantil;
19. Ampliação do valor da bolsa-escola e do número de beneficiados no Ensino Básico;
20. Revogação imediata do decreto nº 2208/97, garantindo uma educação profissional com base na soberania nacional;
21. Revogação da lei nº 9192/95, oferecendo nova redação ao Art. 56, para que a votação seja paritária, favorecendo a gestão democrática e a autonomia nas instituições Públicas de Ensino Básico e Superior;
22. Pela reformulação do Conselho Nacional de Educação (CNE), com representação de instituições, de estudantes e de trabalhadores em educação;
23. Constituição do Fórum Nacional de Educação para propor, avaliar e acompanhar a execução das políticas educacionais dispostas no Plano Nacional de Educação;
- 24. Reserva de, no mínimo, 50% de vagas nas universidades públicas, por curso e por turno para estudantes de escolas públicas;**
- 25. Reserva de cotas étnicas nas universidades;**
26. Pela ampliação das vagas nas Universidades Públicas, tendo como objetivo a universalização do acesso ao ensino superior;
27. Substituição do sistema de séries pelo sistema de Ciclos, somente com garantia de qualidade;
28. Adoção de Políticas Públicas municipais e estaduais que versem sobre o

- passe estudantil como uma das formas de garantir o acesso à educação;
29. Mais bibliotecas municipais, escolares e comunitárias;
 30. Ampliação do programa de Merenda Escolar com o objetivo de atingir a totalidade do Ensino Básico;
 31. Programas de melhoria da Estrutura Física da Escola;
 32. Criação de programas específicos que corrijam as distorções idade/série/ciclo;
 33. Adoção de uma política nacional de assistência estudantil para o Ensino Básico, que inclua questões como material didático, merenda escolar, transporte e moradia;
 34. Ampla reformulação dos PCN's, introduzindo temáticas e/ou disciplinas como Educação para o trabalho, Cidadania, Meio ambiente, Sociologia, Educação Sexual, Saúde, Cultura, Libras, dentre outras;
 35. Criar uma rede de proteção ao jovem estudante com alimentação, acesso às instituições de ensino e auxílio social à família, sem que essa rede torne-se uma política exclusivamente assistencialista;
 36. Pela derrubada do veto de FHC à obrigatoriedade do ensino de Filosofia e Sociologia no Ensino Médio;
 37. Pela reformulação da Associação de Pais, para que melhor cumpram seu papel;
 38. Participação nos conselhos Municipal, Estadual e Nacional da comunidade escolar através de representantes eleitos diretamente;
 39. Planejamento coletivo do trabalho pedagógico envolvendo toda a comunidade escolar;
 40. Criação e melhoria do controle de aplicação de verbas e de decisões sobre currículo e adoção de livros didáticos;
 41. Eleições diretas para diretores e vice-diretores de escolas com voto universal;
 42. Participação dos estudantes, nos conselhos de classe, através dos grêmios estudantis;
 43. Regulamentação do Ensino Particular, e contra a punição dos inadimplentes das escolas particulares;

44. Contra os aumentos abusivos das mensalidades das escolas particulares;
45. Ensino particular que permita a construção de uma consciência crítica dos cidadãos, inclusão de temas transversais nos currículos;
46. Contra-aplicação dos módulos nas escolas particulares;
47. Clareza e maior acesso da comunidade à Planilha de Custos dos Estabelecimentos Particulares;
48. Todo o apoio à iniciativa do Ministério dos Esportes de introduzir o Xadrez nas escolas e ao projeto Segundo Tempo;
49. Apoio à iniciativa do Ministério da Ciência e Tecnologia de criar bolsas de iniciação científica no Ensino Médio;
50. Criação, expansão e melhoria de espaços científicos como laboratórios e feiras de ciências;
51. Implementação de Monitorias e criação de Centros Regionais de divulgação científica nas escolas;
52. Democratização e ampliação do financiamento à cultura com o objetivo de fomentar mais projetos culturais no Ensino Básico;
53. Democratização do acesso dos estudantes à cultura, em defesa da meia-entrada;
54. Reforma Educacional Global, no âmbito da educação Básica e Técnica;
55. Criação de uma autarquia vinculada ao Governo Federal com intuito de promover, apoiar e proteger os Grêmios Estudantis;
56. Exigir a implementação dos Conselhos Municipais de Educação, com a participação dos diversos setores da sociedade;
57. Criação de uma Secretaria e/ou Departamento para trabalhar à especificidade do Ensino Noturno Regular;
58. Garantir acompanhamento psicológico nas escolas, para alunos da Educação Básica;
59. Revogar a MIP 2208/2001, que dispõe sobre as Carteiras Estudantis;
60. Universalizar o Programa do Livro Didático, adequando às diversidades regionais assim como as da juventude na Educação Básica;
61. Contra qualquer processo seletivo de acesso ao Ensino Médio;

62. Pelo fim do ENEM. Discussão e implementação de uma nova proposta de avaliação para a Educação Básica.

Obs. As propostas de nºs 25 e 26 não foram consensuais no grupo.

4) TRABALHO, EMPREGO, RENDA E EMPREENDEDORISMO⁴

Relatores: Wesley Thiago Silva e Idarla Martins Machado

Propostas:

1. Criação de uma rede de proteção familiar que vise à requalificação profissional dos pais e responsáveis;
2. Promover uma maior integração entre o trabalho do jovem e sua formação escolar, estrutural, psicológica, fomentando a sua cidadania dentro da sociedade. Para tanto, ressalta-se a importância da complementação do ensino técnico e a formação complementar dentro das escolas, das instituições de educação profissional, de setores públicos e privados;
3. Ampliação de fóruns com a regulamentação do centro de referência da juventude;
4. Apoio à aprovação de projetos de lei sobre a redução da jornada de trabalho sem prejuízo dos salários;
5. Promoção da qualificação profissional para o jovem no meio urbano e rural;
6. Acabar com a obrigatoriedade do serviço militar e fomentar o serviço civil que remunere os jovens (homens e mulheres) para o desenvolvimento de projetos comunitários;
7. Lutar pela garantia de pagamento dos empregados antes do pagamento de outras dívidas, no caso de falência da empresa;
8. Combater efetivamente o trabalho escravo, principalmente nas regiões Norte e Nordeste;
9. Que, nas habilitações às licitações públicas, seja exigido o requisito da contratação de 30% de mão de obra jovem;
10. Lutar pela regulamentação dos estágios;
11. Lutar por medidas que impeçam a hora-extra;

⁴ Coordenador: Deputado Benjamin Maranhão (PMDB/PB).

12. Divulgação, revisão e fiscalização da lei do aprendiz;
13. Incentivar e acompanhar os pequenos e médios jovens agricultores;
14. Inserir temas transversais sobre empreendedorismo na grade curricular desde o ensino fundamental;
15. Ampliar a contratação de jovens nas empresas através da responsabilidade social, e não só apenas da obrigatoriedade da lei;
16. Garantir os direitos trabalhistas, evitando-se a precarização do seu trabalho, sua saúde e seu bem estar, junto a isso fazer uma campanha de conscientização sobre os direitos dos jovens ao lado de centrais, federações e sindicatos;
17. Desburocratizar a formação de cooperativas, diminuindo o número mínimo de participantes;
18. Democratizar o acesso à terra;
19. Criação de um projeto específico para a juventude rural, considerando principalmente a potencialidade e o desenvolvimento local, de forma sustentável, privilegiando o meio ambiente ecologicamente equilibrado;
20. Políticas de emprego e geração de renda para desenvolvimento profissional juvenil nos campos do meio ambiente, cultura, esporte e lazer;
21. Garantir que junto a primeira terra, haja um acompanhamento, pelo período de um ano, visando à orientação do jovem beneficiário, com o objetivo de viabilizar o seu estabelecimento na terra;
22. Fortalecer a luta pela igualdade de direitos e de oportunidades em virtude de gênero, raça, classe e portadores de deficiência, estudando a possibilidade de se criar cotas nas empresas públicas e privadas para corrigir distorções oriundas de discriminação, de acordo com a realidade local e a necessidade da comunidade;
23. Regulamentação e reconhecimento dos direitos trabalhistas dos profissionais do sexo;
24. Facilitar a formação dos consórcios juvenis, reduzindo o número mínimo de entidades e/ou movimentos necessários para sua formação;
25. Estimular o desenvolvimento da economia solidária;

26. Criar um programa de incentivo empresarial e treinamento para jovens empresários;
27. Acesso ao trabalho comunitário para o desenvolvimento local;
28. Elaboração de políticas públicas para jovens catadores de papel, procurando integrá-los à sociedade e oferecendo-lhes qualificação para o mercado de trabalho;
29. Promoção de cursos profissionalizantes com o propósito de inclusão de jovens portadores de deficiência na sociedade como cidadãos que tenham todos e quaisquer direitos;
30. Criar condições para que o jovem trabalhador seja inserido no setor público como uma possibilidade de ser o primeiro emprego;
31. Reconstruir o sistema de escolas técnicas de qualidade para a formação profissional do jovem trabalhador;
32. Tomar o conhecimento da ciência como apropriação universal em prol da juventude, estimulando o usufruto da mesma por todos;
33. Estimular o trabalho social remunerado como alternativa de trabalho e formação para as juventudes do campo;
34. Incentivar a elevação da escolaridade por meio da transferência de renda e realização de atividades sociais/ comunitárias relacionadas aos interesses dos jovens em cada localidade, privilegiando àqueles de baixa escolaridade, baixa renda e de faixa etária menos elevada;
35. Garantir a aprendizagem nos locais de trabalho;
36. Incentivo à criação de incubadoras no meio rural e urbano mediante parcerias entre governo, universidade, centros de excelência e outras organizações para identificar e orientar os jovens sobre as oportunidades de negócios, a situação do mercado de trabalho, o desenvolvimento dos empreendimentos e a formação técnica dos jovens empreendedores;
37. Defender a postergação da entrada do jovem no mercado de trabalho, privilegiando a educação do jovem pobre no ensino médio, fundamental, superior ou técnico;
38. Criar medidas efetivas para responsabilizar as empresas que se beneficiam com o programa primeiro emprego;

39. Priorizar a formação de identidade, estabelecendo valores de cidadania, incluindo o jovem na sociedade, incluindo-o no mercado de trabalho através de uma formação profissional progressiva e contínua que complemente a formação dos indivíduos;
40. Estabelecer mecanismos de controle social de recursos aplicados em formação profissional por meio de conselhos nacional, estaduais e municipais de juventude, utilizando seus respectivos fundos;
41. Definir política de qualificação profissional, garantindo a formação sócioeducativa com ênfase no conceito de cidadania, no estímulo ao protagonismo juvenil, incentivadas as potencialidades pessoais e a formação específica;
42. Promover uma campanha de conscientização da juventude para que ela se torne fiscalizadora diária das instâncias legislativas, judiciárias e executivas frente às propostas do relatório final da Conferência Nacional da Juventude;
43. Regulamentar e melhor fiscalizar o estágio remunerado, fazendo com que ele cumpra seu papel social;
44. Democratizar os créditos rurais;
45. Obrigatoriedade da orientação vocacional nas escolas públicas e privadas no ensino médio, possibilitando ao jovem a conhecer as profissões que permeiam o mercado de trabalho tanto na teoria quanto na prática;
46. Fiscalizar os programas de geração de emprego e renda existentes para os jovens, com o objetivo de analisar os postos de trabalhos gerados, sua qualidade e condições de trabalho e o tempo dado para os jovens frequentarem à escola, reformulando os pontos pouco produtivos;
47. Potencializar o desenvolvimento local para fomentar o turismo sustentável, visando maior empregabilidade nesta área para o público jovem, criando também uma proteção contra a prostituição;
48. Política de reintegração, no mercado de trabalho, de jovens infratores e detentos;
49. Maior discussão sobre a realidade do mercado de trabalho com o propósito de ajudar os jovens na escolha de uma profissão ou de um empreendimento;

50. Privilegiar a elaboração e a implementação de políticas públicas para o desenvolvimento da Economia Solidária, promovendo a aproximação do Movimento de Juventude com a Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES), além da realização de seminários nacional e estaduais para discutir e pensar propostas sobre a juventude e a Economia Solidária, em parceria com a SENAES.

5) SAÚDE, SEXUALIDADE E DEPENDÊNCIA QUÍMICA

Relatores: Juliana Maria Almeida do Carmo, Maria Marta Neves de Oliveira e Maria Cristina Alves Pereira

Saúde é um bem estar físico, psíquico e socioeconômico do indivíduo. Ter saúde significa ter acesso às unidades de saúde, às instituições de ensino, à cultura, ao esporte, ao lazer, bem como a um trabalho e a uma remuneração digna.

O acesso à cultura, ao esporte e ao lazer que deveriam complementar a formação da galera, ainda é difícil devido à ausência de políticas públicas de juventude. Não temos acesso igualitário a teatros, museus, cinemas, praças, poliesportivos, shows e demais eventos culturais. Nesse contexto, a formação complementar do jovem é realizada pela TV, revistas e em papos informais de baixíssimo teor educativo e cultural.

Diante da atual conjuntura, propomos:

1. Estabelecer a inclusão de temas relativos ao uso de drogas lícitas e ilícitas, DST's, saúde reprodutiva e sexualidade na grade curricular, a partir do ensino básico, abordados por profissionais capacitados e qualificados na área de saúde, de forma a ampliar o debate do projeto de lei 007/2003, em tramitação Na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados;
2. Capacitar profissionais da área de saúde e de educação em direitos da saúde com relação à sexualidade para a promoção de uma assistência humanizada e equânime ao jovem;
3. Promover cursos de capacitação a professores do ensino fundamental e médio para que abordem, em suas pedagogias, temas transversais como saúde, sexualidade e dependência química, trabalhando também as questões de gênero e auto-estima;

4. Incentivo a um programa que forme e capacite jovens das comunidades como agentes multiplicadores em temas relacionados à saúde, à sexualidade e à dependência química, possibilitando ao jovem ser protagonista de sua realidade. Fortalecendo, desta forma, o PNPE e as políticas correlatas;
5. Garantir o atendimento do jovem nas unidades básicas de saúde, sendo facultada a presença dos familiares;
6. Incentivar a implementação de políticas públicas de juventude que priorizem a formação de uma paternidade jovem responsável;
7. Estimular, capacitar e garantir a participação efetiva dos jovens nas conferências de saúde;
8. Intensificar a divulgação, na mídia, das conseqüências oriundas pelo uso e abuso de drogas lícitas e ilícitas, com uma linguagem adequada para o público jovem;
9. Repensar os critérios de internações, a regulamentação e a fiscalização das entidades de atendimento a dependentes químicos;
10. Criação de programas de capacitação para servidores da área de segurança pública sobre saúde e dependência química, preparando-os para a abordagem mais humanizada com esses jovens;
11. Valorizar o diálogo e as parcerias entre o Estado e igrejas, associações e Ong's na abordagem das questões de sexualidade e abuso de drogas entre os jovens;
12. Estimular a criação de uma política de saúde através de um programa específico sobre saúde, sexualidade e dependência química nas unidades de saúde de atenção primária, secundária e terciária;
13. Possibilitar aos jovens informações corretas sobre métodos contraceptivos;
14. Consolidar, através das disciplinas filosofia e sociologia, incorporadas no novo currículo do ensino médio, o conteúdo: saúde, sexualidade, dependência química e violência;
15. Rever a legislação sobre bebidas alcoólicas, regulamentando a veiculação das propagandas e criação de campanhas educativas a respeito do álcool, como droga que causa dependência química;

16. Investimento prioritário público em atividades esportivas, artísticas e culturais em espaços do sistema educacional e da comunidade objetivando a prevenção de doenças e a promoção da saúde;
17. Garantir a implementação de espaços para atendimento, tratamento e acompanhamento de dependentes químicos por uma equipe multidisciplinar que contemple a assistência à família;
18. Garantir, no setor de educação e saúde, esclarecimentos sobre a diversidade sexual e não discriminação;
19. Garantir implementação de políticas públicas de saúde para as juventudes indígenas, afrodescendentes e comunidades regionais que contemplem suas especificidades culturais;
20. Valorização de culturas populares medicinais como tratamentos alternativos de assistência à saúde;
21. Garantia de implementação de leis que obriguem as empresas farmacêuticas a investirem porcentagem de seus lucros (recursos) em projetos para promoção de saúde como contrapartida social;
22. Garantir a implementação de uma rede de serviços substitutivos destinados aos portadores de transtorno mental e aos dependentes químicos, assim como seus familiares;
23. Garantir a implementação de cursos de capacitação para conselheiros de saúde sobre ações desenvolvidas para a juventude;
24. Comprometimento do poder público para desenvolver e implementar políticas intersetoriais de prevenção a doenças e promoção de uma vida saudável para a juventude nos sistemas de saúde e de educação.

6) CULTURA E ARTE

Relatores: Vivian Farias, Mateus Campos, Leandro Cruz e Sílvia Siqueira

“Não há nada que possamos fazer pela arte se não alterarmos a estrutura do estado”

Platão

Mais uma vez a cultura foi escanteada. Queremos aqui primeiramente lançar uma moção de repúdio à ausência, sem justificativa, da Deputada Marinha Raupp que era responsável pelo nosso grupo.

A cultura e a arte não podem mais ser um simples instrumento de entretenimento. Projetos construídos em várias prefeituras como Recife, Belo Horizonte, Curitiba, São Paulo e Belém comprovam a cultura como resgate social, nos quais o jovem sai das ruas, do crime e das drogas para se tornar protagonista de uma nova realidade social.

Esse é o nosso verdadeiro objetivo: o resgate social dos milhares de jovens que nunca tiveram acesso ao lúdico da vida. Esse também é o nosso dever de jovens conscientes de nosso papel social. Devemos voltar aos nossos estados não só esperando que este governo progressista de esquerda realize todas as nossas preposições, mas, também, nos sensibilizando com a realidade da juventude brasileira e lutando como as nossas armas para conseguir esse resgate. Para isso, devemos valorizar as especificidades regionais, como a negritude brasileira. Militantes de todo o Brasil do Movimento Estudantil, Agrário, Cultural, de mulheres, dos Homossexuais uni-vos lutemos para transformação cultural de nosso País.

Sendo assim, os membros deste Grupo Temático propõem:

1. Seja qual for a estrutura montada pelo governo para a juventude, é essencial que nela estejam presentes os jovens para pensar, fomentar e efetivar uma política pública diferenciada para cultura juvenil;
2. Criação de um núcleo de formação artística em cada IES (Instituição de Ensino) brasileira;
3. Incluir, na reforma universitária, a criação de um núcleo de cultura, viabilizando manifestações artísticas que fortaleçam a comunidade local, que juntamente com a comunidade acadêmica, será protagonista desse projeto;
4. Extinção da Ordem dos Músicos do Brasil;
5. Criação de organismo federal de profissionalização, capacitação e fiscalização dos músicos do Brasil;
6. Facilitação do acesso dos jovens aos programas e projetos culturais, tornando-os acessíveis aos produtores culturais anônimos;
7. Regulamentação das Rádios Comunitárias;
8. Utilizar o espaço físico das escolas nos finais de semana para a promoção de debates e oficinas que conscientizem os jovens em relação

- à cidadania, complementando o ensino regular, garantindo-se recursos humanos e financeiros para tal;
9. Promover políticas educacionais que contribuam para uma mudança quanto ao entendimento de meio ambiente, considerando os fatores econômicos e culturais;
 10. Promover atividades culturais no dia 20 de novembro, considerando Zumbi como um símbolo da cultura afro;
 11. Criar uma lei que disponha sobre a fiscalização dos recursos públicos destinados à cultura e os meios de socialização das informações dos mesmos;
 12. Aumentar o repasse de recursos da União destinados à Cultura, atingindo, no mínimo, 1% de nosso PIB;
 13. Proporcionar condições de equidade para jovens, mulheres, quilombolas, indígenas garantindo-lhes o acesso aos serviços culturais e espaços de lazer;
 14. Estimular o apoio à criação e difusão da cultura juvenil;
 15. Promoção da cultura como medida sócioeducativa para jovens em liberdade assistida ou no sistema penitenciário;
 16. Promover maior interface da política de programas culturais, desenvolvendo a transversalidades entre os Ministérios;
 17. Dedicar parcelas de investimentos para manifestações culturais de grande impacto nas periferias das grandes cidades brasileiras;
 18. Publicação de CD ROOM e cadernos que sirvam de guias culturais, divulgando os calendários de produtores culturais e facilitando a rede de informações e fomentando a pesquisa cultural;
 19. Viabilizar que os canais de informações importantes para todos(as) cidadãos brasileiros como, a TV Câmara e a TV Senado, tornem-se canais abertos;
 20. Viabilizar um plano nacional para a juventude que possibilite a criação de um concurso aberto para Grupos de teatro, música, dança e autores, visando apresentações itinerantes por todo País, trabalhando as especificidades regionais através desse projeto multicultural;

21. Destinar um espaço público em todos os canais abertos com programas educacionais, contribuindo com a nossa formação social;
22. Promover um resgate histórico da cultura brasileira e de seus agentes de transformação através de manifestações culturais;
23. Articular convênios com os principais espaços culturais como museus, salas de concerto, teatros e cinemas que permitam o seu acesso juvenil a todos os jovens estudantes ou não;
24. Garantir uma política nacional de difusão e de estímulo à leitura, garantindo aos jovens o acesso a títulos de qualidade literária a baixo custo;
25. A biblioteca pública deve oferecer aos jovens novos espaços, serviços e programas como informação, multimídia e campanhas de Promoção Cultural;
26. Garantir o direito de ir e vir aos jovens permitindo seu deslocamento municipal e intermunicipal, com passe livre de e lazer, priorizando àqueles de baixa renda;
27. Desenvolvimento de um programa nacional voltado para jovens portadores de necessidades especiais visando ao desenvolvimento pessoal e social que lhes permita inserir-se na sociedade através de atividades culturais e de lazer;

Essa conferência foi mais um símbolo de nossa cultura, na qual se reuniram pessoas de todas as tribos, raça, estilos, gostos e ideais, mas, porém com um objetivo comum de buscar soluções e traçar novas metas e conscientes da necessidade de valorização da cultura nacional. Como já diria Brecht, “O pior analfabeto é o analfabeto político”, o problema da nossa cultura não está nas pessoas que a produzem, mas sim nos oportunistas que querem fazer de nossa arte um simples mercado.

7) ESPORTE E LAZER⁵

Relatores: Jonathan Pontes (PB) e Cleverson Alves (PR)

O esporte, assim como o lazer, é um direito social assegurado constitucionalmente. A juventude organizada propõe que o esporte seja um reconhecimento do indivíduo como cidadão brasileiro,

⁵ Coordenador: João Brandão (UFRRJ)

devendo buscar a formação de caráter, a humanização e o espírito da coletividade, independentemente da prática de uma modalidade esportiva determinada.

O esporte deve ser um elemento de inclusão social, como a educação e a cultura, sendo um excelente instrumento de socialização.

O lazer é uma construção cultural da sociedade que focaliza o tempo livre em detrimento do tempo de trabalho. Portanto a humanidade deve priorizar o aumento do tempo de lazer e conseqüentemente, a diminuição do tempo de trabalho.

Resumo das propostas discutidas no grupo e sistematizada pelos relatores:

Investimento:

1. Maiores investimentos em todas as modalidades esportivas e de lazer com destinação proporcional das verbas públicas;
2. Criação de um fundo nacional de investimento para as práticas desportivas e de lazer;
3. Criação de uma lei de incentivo ao esporte de participação educacional, permitindo e incentivando parcerias entre os setores público e privado, com a gerência do poder público e a participação da sociedade civil organizada.

Participação:

1. Formação do Conselho Nacional Deliberativo composto pela sociedade civil organizada, incentivando a construção de um similar nos estados e municípios, nos mesmos moldes do nacional.

Profissional:

1. Garantia da profissionalização do desporto como um todo, permitindo a manutenção e a sobrevivência de atletas e professores;
2. Fortalecer a política de formação de profissionais e de gestores para o ensino no esporte e lazer;

3. Inclusão do professor de Educação Física no Programa de Saúde da Família (PSF);
4. Que os projetos do governo, assim como o Programa Segundo Tempo, por exemplo, sejam distribuídos e divulgados em todo o território nacional, para que alcancem os objetivos a que se destinam;
5. Investir em equipamentos públicos multifuncionais que integrem esporte, lazer e cultura nos meios urbano e rural, bem como na implementação de programas de governo;
6. Incentivo nacional para a construção de ligas desportivas estaduais;
7. Reformulação dos Jogos da Juventude, Jogos Universitários Brasileiros (JUB's), Jogos Estudantis Brasileiros (JEB's), garantindo a participação da sociedade civil organizada (DCE's, CA's, Associações etc.), visando também a inclusão das escolas públicas e a democratização;
8. Estudo teórico sobre os segmentos esportivos, abordando o esporte como um todo, utilizando a definição de esporte e lazer, criada nesta conferência;
9. Propõe o cumprimento das exigências do MEC sobre abordagens pedagógicas do esporte educacional.

8) COMUNICAÇÃO⁶

Relatores: Pablo Solano (SP), Luiz Fernando da Silveira (MT), Tiago Delassio (PE) e Flávia Regina de Oliveira Ribeiro (SP)

Atualmente a mídia não é vista mais como formadora de opinião, mas como de consciência, tendo uma grande influência na construção da identidade do jovem. A busca do lucro e da venda de produtos transforma qualquer meio de comunicação em um elemento negativo para tal desenvolvimento.

Temos, no Brasil, uma mídia que serve somente aos interesses da elite e à valorização do consumo e da sociedade de mercado, deixando de pautar as questões do debate social. O resultado é que a grande maioria da população não é representada pelas produções e noticiários.

⁶ Coordenador: Deputado Maurício Rabelo (PL/TO).

Mesmo assim, existe a possibilidade das grandes empresas de comunicação serem financiadas com dinheiro público pelo Governo Federal, as quais são controladas por poucas famílias que exercem monopólios em várias localidades do Brasil.

O Poder Público deveria priorizar o financiamento dos meios de comunicação alternativos e comunitários. Somente com a democratização dos meios de comunicação é que garantiremos a democratização do Brasil. Tal esforço deve vir acompanhado de um trabalho de incentivo das novas tecnologias de comunicação e da educação para a mídia.

Propostas:

1. Garantir que as discussões e as propostas da juventude que participou desta conferência sejam contempladas no relatório final da Comissão de Juventude da Câmara dos Deputados;
2. Incentivar a produção juvenil em comunicação, estimulando a participação da juventude na produção dos conteúdos veiculados na mídia;
3. Instituir financiamento público dos meios comunitários de comunicação (telecentros, rádios, TV's, jornais etc), com apoio legal para o fomento de oficinas e associações coletivas de produção e de gestão;
4. Garantir, na educação formal, que os jovens tenham acesso a oficinas e cursos de comunicação, incentivando sua produção;
5. Incentivar a participação de jovens de todo o Brasil no Conselho Nacional de Comunicação;
6. Garantir a transversalidade no Conselho Nacional de Juventude, ou o outro espaço de articulação e mobilização da juventude que será criado, e o Conselho Nacional de Comunicação;
7. Elaborar um projeto de lei que garanta a participação da juventude neste conselho para evitar que a programação seja prejudicial para o desenvolvimento dos jovens;
8. Garantir maior fiscalização na renovação das concessões de rádios e TV's comerciais;
9. Subsídio a programas de formação continuada de comunicadores sociais de veículos comunitários e alternativos;

10. Compromisso com o esclarecimento da população sobre papel das rádios comunitárias;
11. Ratificar que portadores de necessidades especiais tenham espaço na mídia, tal qual, toda a juventude;
12. Aprovação do projeto de lei, em tramitação na Câmara, que obriga que as retransmissoras locais cedam 20% para programação local;
13. Adequação da legislação sobre as rádios comunitárias às propostas da ABRAÇO;
14. Aumento do espaço no DIAL para concessões de rádios comunitárias;
15. Incentivo do Governo e das universidades às produções de rádios e TV's universitárias;
16. Descriminalização dos militantes que trabalham em meios de comunicação comunitária e proteção legal dos aparelhos, evitando as apreensões e lacres de transmissores e prisões de colaboradores;
17. Contra a entrada de capital estrangeiro na mídia nacional;
18. Revisão da lei que proíbe a exibição de propagandas de cigarros, ampliando-a para todas as bebidas alcoólicas;
19. Exigir a inclusão, nas televisões abertas, de mais programas educativos como, por exemplo, campanhas de educação no trânsito;
20. Legalização das rádios difusoras comunitárias;
21. Criar leis de incentivo à comunicação alternativa;
22. Garantir o acesso do jovem rural à comunicação alternativa;
23. Construir uma rede de agências jovens de informação em âmbito nacional, o "Portal Juventude", um instrumento virtual de comunicação que servirá de instrumento estratégico para a difusão do conhecimento produzido por todos os setores da sociedade (sociedade civil organizada, governos, empresas, universidades, movimentos sociais etc) e incentivo ao resgate de valores da cidadania para o desenvolvimento juvenil. Para tal, criar uma lei determinando que o conhecimento produzido seja disponibilizado pelo portal;
24. Mapear iniciativas, movimentos e organizações juvenis consolidando os resultados em um banco de dados disponibilizado para todos, que subsidie proposições de intervenção, ações conjuntas e fomento a redes,

entre outras, criando também uma política de apoio e fomento à constituição e/ou fortalecimento de redes em âmbito municipal, estadual e federal; possibilitando assim uma conectividade entre todas regiões brasileiras;

25. Fomentar a criação de espaços locais, estaduais, regionais e nacionais que qualifiquem os jovens como comunicadores sociais na expressão e na negociação de suas demandas locais e/ou nacionais junto ao Poder Público;
26. Realizar, no Brasil, uma edição do Festival Mundial de Juventude para ampliar o contato dos jovens brasileiros com outros movimentos e identidades juvenis.

9) AFIRMAÇÃO DE IDENTIDADES (Homossexuais, Negros e Pessoas com Deficiência)⁷

Relator: Daniel Gomes de Oliveira

Propostas:

Observação: conforme consenso, dentro do grupo, as três temáticas, nele abordadas, merecem atenção mais específica e ampla discussão e, portanto, não poderiam fazer parte de um mesmo Grupo Temático.

JUVENTUDE NEGRA

1. Realização de uma Audiência Pública com a SEPPIR para discutir o tema Liberdade Religiosa;
2. Inclusão de um programa de ações afirmativas, o qual atente às políticas de cotas para negros nas universidades públicas brasileiras;
3. Criação de programas de assistência estudantil, bem como da estrutura necessária para permanência do jovem estudante negro na universidade, durante o período de seu curso de graduação e / ou pós-graduação;
4. Implementação de campanha de divulgação da Lei 10.639/03, que regulamenta o ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e História e

⁷ Coordenador: Deputado Eduardo Barbosa (PSDB/MG)

Cultura da África nas escolas de Ensino Médio e Fundamental, devendo o MEC fiscalizar o cumprimento desta legislação por meio das secretarias estaduais de educação;

5. Revisão de livros didáticos que mostrem os negros com adjetivos pejorativos e de forma inferiorizada;
6. Edição de novos livros didáticos, que valorizem a cultura negra, os marcos históricos dessa população e figuras como Zumbi, Rebouças, Machado de Assis, Anastácia e Dandara, dentre outras;
7. Instituição de programa eficaz de erradicação do analfabetismo entre as crianças de 7 a 14 anos que abandonam as escolas para trabalhar precocemente;
8. Defesa, de maneira intransigente, pelo aumento de vagas e das próprias IFES (Instituições Federais de Ensino Superior), de acordo com as demandas regionais. Retorno da rubrica orçamentária específica para a assistência estudantil com recorte étnico-racial;
9. Criação de programa eficaz de tratamento da anemia falciforme;
10. Manutenção de programas de combate à DST / Sida, em especial da jovem mulher negra;
11. Aprimoramento de programas de combate à mortalidade materna e neonatal;
12. Organização de uma Marcha Nacional à Brasília pela aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, como mecanismo de promoção das políticas públicas de combate ao racismo;
13. Demarcação das terras dos remanescentes de quilombolas;
14. Dar maior publicidade às alternativas de acesso às linhas de crédito imobiliário, especialmente, no que tange à população de periferias urbanas e rurais;
15. Criação de linha de crédito especial voltada para financiamento de empreendimentos de jovens negros com vocação empresarial;
16. Ratificação pelo estatuto da juventude do artigo 5º, parágrafos VI, VII e VIII, da Constituição Federal, que garantem a liberdade de manifestação religiosa;
17. Estabelecimento de cotas de participação de negros e de negras na

produção audiovisual brasileira, de acordo com dados aferidos pelo recenseamento do IBGE nos estados;

18. Inclusão do fenótipo negro nas campanhas publicitárias do Governo;
19. Extensão do feriado de 20 de novembro, existente no município do Rio de Janeiro, dedicado à comemoração do Dia Nacional da Consciência Negra, a todo o território nacional;
20. Reconhecimento do dia 13 de maio como Dia Nacional de Combate ao Racismo e do dia 21 de Janeiro como Dia Nacional de Combate à Intolerância Religiosa;
21. Pelo fim da intolerância religiosa em relação às religiões africanas;
22. Palestras de conscientização nas escolas para evitar qualquer manifestação de preconceito contra negros;
23. Que a Juventude Negra Organizada realize o Encontro Nacional da Juventude Afro-Brasileira;
24. Que as religiões de matizes africanas sejam respeitadas, cumprindo-se assim a Constituição Federal no ponto que diz respeito à liberdade religiosa;
25. Que a partir das experiências vividas na CNJ (Conferência Nacional de Juventude) se inicie uma articulação nacional para o Fórum Nacional da Juventude Negra, no qual todas as organizações do Movimento Hip-Hop estejam inseridas em busca da real unidade do movimento e que a juventude negra se insira nas mais diversas organizações de juventude para colocarmos a nossa “cara preta” na rua e construirmos ações do povo negro para o povo negro;
26. Que a Juventude Negra fortaleça a luta em defesa da mulher negra contra o machismo e o início do debate sobre a “masculinidade responsável” do ponto de vista do povo negro para proteger nossas jovens do machismo;
27. Que a cultura do povo negro seja usada como arma na luta dela pela afirmação do povo afro-brasileiro e pela verdadeira “abolição da escravatura”;
28. Fim imediato da exploração da Base de Alcântara onde a principal vítima é o povo quilombola daquela região;
29. Que a SEPPIR e a Fundação Palmares se posicionem quanto às terras

remanescentes de quilombos do Brasil e quanto à questão da Base de Alcântara no Maranhão;

30. Criar centros de referência, apoio, valorização e promoção da cultura afrodescendente, visando à auto-estima da população negra;
31. Criar estímulos a fim de que as empresas públicas e privadas adotem medidas de promoção da igualdade racial usando o critério da diversidade étnica e cultural;
32. Criar programas de intervenção no espaço escolar sobre as religiões de matriz africana;
33. Assegurar o direito dos afro-descendentes jovens à educação e à preservação da sua cultura;
34. Incentivar programas de intercâmbio entre as diferentes culturais;
35. Garantir os Parâmetros Curriculares para a educação de afro-descendentes;
36. Definir como item de seleção, no momento da escolha dos projetos, os filmes que tenham número acentuado de jovens negros coadjuvantes e protagonistas, como também, que tratem da história e da realidade do povo negro;
37. Criar uma política nacional de comunicação de Direitos Humanos para a Juventude que tenha uma identidade que atinja o público na sua diversidade social (negro, índios e mulheres), promovendo programas de educação de erradicação da discriminação racial, social e cultural;
38. Criar o Balcão da Cidadania para a Juventude com um programa de incentivo à divulgação e a implementação dos Direitos Humanos assegurados pela Constituição Federal, com foco na discussão sobre a menoridade penal e população carcerária;
39. Fortalecer o programa de sigilo e de apoio psicológico para proteção de pessoas que denunciarem crimes raciais, de gênero e de violações dos Direitos Humanos;
40. Criar e / ou implementar leis e programas que fiscalizem e punam qualquer prática ofensiva às religiões, seitas e quaisquer manifestações religiosas, assegurando o princípio constitucional da liberdade religiosa e sua prática;
41. Criar um programa nacional e internacional de intercâmbio étnico que

possa abranger as culturas das diversas cidades e diversos estados e povos historicamente excluídos, bem como órgão que combata a violação cultural dos mesmos;

42. Promover apoio psicológico ao jovem que tenha dificuldade em lidar com a questão social discriminatória;
43. Que seja cumprida a legislação que obriga os meios de comunicação a darem espaço e tratamento adequados à Cultura como meio de informação e formação da sociedade, com respeito à diversidade e sem a estigmatização ou estereotipia da raiz cultural negra;
44. Criação de políticas públicas de cultura como um projeto político do Estado que estimule o cidadão produzir conhecimento;
45. Regulamentação e incentivo das rádios comunitárias, deixando de perseguir as rádios que não contam com influência política;
46. Criação de um centro de assessoria jurídica de combate ao racismo que acompanhe e que realize campanhas de estímulo às denúncias contra o racismo;
47. Implementação de uma matéria, na grade curricular dos níveis fundamental e médio, da disciplina Formas Jurídicas de Combate ao Racismo;
48. Implementação de um programa de formação de professores em nível de graduação e de pós-graduação que contemple temáticas voltadas ao povo negro;
49. Formação de redes de solidariedade priorizando a experiência dos quilombos educacionais;
50. Elaboração e produção de materiais e recursos didáticos que contemplem a diversidade cultural;
51. Destinar recursos do orçamento público para a informação e formação referentes à história das religiões de matizes africanas.

HOMOSSEXUAIS

1. Desenvolver projetos sobre orientação sexual nas escolas com professores, coordenadores e pedagogos, nos níveis federal, estadual e municipal;

2. Cursos e programas para a formação de professores para a abordagem da diversidade sexual nas escolas;
3. Ampliação dos leitos nos hospitais para portadores de DST's/ AIDS;
4. Apoio ao Projeto de Lei que tramita na Câmara dos Deputados, autorizando os hospitais conveniados com o SUS a realizarem, gratuitamente, cirurgia de adequação de sexo para os transexuais, com o devido acompanhamento psicológico;
5. Passe livre para os soropositivos;
6. Criação de cursos técnicos e abrigos específicos com apoio psicológico para homossexuais vítimas de violência intrafamiliar;
7. Criação de delegacias especializadas em crimes contra homossexuais;
8. Desenvolver, a partir dos livros didáticos, a consciência das crianças acerca da diversidade sexual;
9. Capacitação dos profissionais da área de saúde quanto ao atendimento aos homossexuais;
10. Inserções governamentais, nos meios de comunicação, de mensagens sobre a diversidade sexual;
11. Encaminhamento de denúncias de crimes de homofobia e de violência contra os homossexuais à Comissão de Direitos Humanos da Câmara;
12. Divulgação do Projeto "Quem financia a baixaria é contra a cidadania";
13. Apoio a peças teatrais, filmes, novelas e grupos culturais que Contribuam com a livre orientação cultural;
14. Qualificação dos profissionais da área de Segurança Pública (Policia Federal, Civil, Militar e Guardas Municipais) para a abordagem e o tratamento dos homossexuais;
15. Criar projetos de emprego e renda para os grupos excluídos da comunidade GLBT (travestis e transexuais);
16. Pelo respeito à orientação sexual dos GLBT's;
17. Aprovação de uma lei que criminalize a discriminação sexual em espaços públicos;
18. Que o Governo Federal apresente propostas contra a homofobia na Comissão de Direitos Humanos da ONU;

19. Pelo fim da intolerância contra os homossexuais;
20. Pela distribuição de preservativos e remédios para DST's e AIDS nas Associações de GLBT's;
21. Privilegiar programas que reforcem os laços de família, capazes de produzir relacionamentos estáveis, estruturas de apoio e uma recuperação do sentimento de "enraizamento" e reafirmação da identidade jovem;
22. Desmistificar os grupos de risco;
23. Trazer mensagens educativas nos ônibus acerca do respeito à diversidade sexual;
24. Desenvolvimento de projetos e linhas de créditos que facilitem a aquisição de casa para habitações aos GLBT's;
25. Que seja reconhecido o direito aos transgêneros de mudar os nomes no RG;
26. Pela criação de uma Secretaria de Defesa dos Homossexuais;
27. Defesa do contrato civil entre homossexuais;

PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA

1. Incentivo à publicação de obras em braile e à divulgação do LIBRAS como medida de inclusão aos jovens com deficiências;
2. Construção de rampas de acesso para pessoas com deficiência física e audiovisual em escolas, universidades e demais espaços públicos;
3. Capacitação dos professores do Ensino Fundamental e Médio, em parceria com o MEC e Ministério da Saúde por meio das respectivas Secretarias Municipais, para o trabalho com alunos com deficiência como o TDAH, dislexia, Síndrome de Down, etc;
4. Inclusão de crianças e jovens com deficiência nas classes comuns, não as tirando do convívio com as demais crianças e como respeito à verdadeira inclusão;
5. Acompanhamento destas crianças por médicos e psicopedagogos em hospitais e clínicas;
6. Adaptação de ônibus e de cinemas com cadeiras especiais para pessoas

com deficiência;

7. Constituir grupos de pessoas com deficiência desempregadas e que não estudam nas prefeituras com o objetivo de inseri-las no mercado de trabalho;
8. Que, nos encontros nacionais, possa ser disponibilizado transporte de acordo com as necessidades das pessoas portadoras de deficiência, de preferência de avião;

Propostas em destaque:

1. Apoio ao Programa “Brasil sem Homofobia” lançado em maio/2004;
2. Posicionamento contrário a “esta Reforma Universitária do MEC”, principalmente no que diz respeito às “Parcerias Público-Privadas”;
3. Que a Conferência aprove a campanha pela promoção da diversidade sexual;
4. Instituição, em caráter permanente, de programas de combate a miomatose uterina e neoplasia prostática;
5. Que o estudante jovem possa substituir aulas, provas e demais atividades escolares que aconteçam aos sábados devido à escolha religiosa, se for o caso;
6. Criação de associações por órgãos governamentais ou não que trabalhem no auxílio do jovem que opte por reorientação sexual;
7. Ampliar a qualificação das profissionais da área de saúde ‘na adequação do sexo;
8. Pela União Civil das homossexuais;
9. Inclusão do critério de desempate para as empresas que tenham maior número de negros em cargos de chefia, em processos licitatórios de prestação de serviços em todos os âmbitos da federação;
10. Respeito às diferenças.

10) JUVENTUDE E MEIO RURAL⁸

⁸ Coordenador: Deputado Cláudio Vignatti (PT/SC)

Relatores: Núbia da Silva (BA/Região Sisaleira) e Wagner José da Rosa (MS/FAF)

O modelo de desenvolvimento neoliberal implantado no Brasil, baseado na concentração de terra e de renda; na exploração do trabalho escravo e infantil; na supervalorização do agronegócio, em detrimento da Agricultura Familiar e no uso indiscriminado de agrotóxicos, além da ausência de políticas públicas específicas, tem diminuído cada vez mais as perspectivas de vida e trabalho no meio rural, em especial para a juventude, desencadeando um enorme êxodo rural ameaçando a continuidade da Agricultura Familiar e a plena realização dos seus sonhos.

Faz-se necessário registrar que 70% da alimentação do país são produzidos pela Agricultura Familiar com apenas 21% da área agricultável, entretanto 10% dos jovens rurais são analfabetos, sendo que 80% dos jovens do campo para ter acesso à educação são obrigados a deslocarem-se diariamente para estudar na cidade. Isso é fruto da falta de investimento no campo, como também do não reconhecimento da sociedade da contribuição do campo para a construção de um novo modelo de desenvolvimento sustentável.

Para romper com este ciclo de exclusão e inverter as prioridades para a juventude rural ter acesso a um conjunto de políticas públicas específicas é necessário construirmos uma Política Nacional de juventude rural que considere e integre os seguintes aspectos:

Educação:

1. Criação e ampliação das escolas que trabalham a pedagogia da alternância, a exemplo das Escolas Famílias Agrícolas;
2. Implementação das Diretrizes Operacionais por uma Educação Básica do Campo em sua totalidade;
3. Criar e reativar escolas agrotécnicas para viabilizar a atuação do jovem na propriedade;
4. Criação e implementação de cursos de nível superior utilizando regime de alternância e/ou férias;
5. Valorização das experiências de educação informal desenvolvida na perspectiva de formação e qualificação sócio-política juvenil.

Acesso à terra:

1. Construir uma política de Reforma Agrária, através da desapropriação com a participação dos Movimentos Sociais, que proporcione condições reais para a permanência e o desenvolvimento integral das pessoas na terra;
2. Ações complementares, como: Nossa 1ª Terra, (Crédito fundiário) para que possamos ter acesso à terra viabilizando a geração de trabalho e renda.

Esporte, Cultura e Lazer:

1. Incentivo ao resgate da auto-estima e da identidade do jovem rural, bem como da cultura local, fortalecendo a prática de esportes e das diversas formas de lazer no campo.

Geração de trabalho e renda:

1. Criação de condições (crédito subsidiado, como o PRONAF Jovem e seguro agrícola) para que os jovens dominem o processo de produção, industrialização e comercialização, além da valorizada da Agricultura Familiar através da Agroecologia, do ecoturismo, do cooperativismo e do associativismo;
2. Incentivo e apoio às atividades não agrícolas de empreendedorismo juvenil desenvolvidas com, por e para os jovens do e no campo;
3. Proporcionar aos jovens (agentes multiplicadores) o desenvolvimento de trabalhos social remunerado.

Comunicação:

1. Fazer chegar ao meio rural as tecnologias de comunicação, fortalecendo a criação e das rádios comunitárias e o apoio às iniciativas alternativas de comunicação social para o incentivo à inclusão social no campo.

DESAFIOS:

É importante destacar alguns aspectos essenciais na construção desse debate:

- ? Um novo modelo de desenvolvimento rural para além da produção, baseado na inclusão social, principalmente da juventude;
- ? É preciso valorizar a identidade cultural e proporcionar o acesso às formas de lazer, esporte e cultura. O meio rural deve ser um lugar bom para se viver, como uma opção de vida e não uma imposição para a juventude;
- ? O investimento na Juventude rural tem que se dar como política estruturante e não como uma política paliativa. Não somos minorias;
- ? Garantir o protagonismo juvenil na construção e na implementação das políticas públicas.
- ? Necessidade de criação de um instrumento institucional que permita a participação da juventude na construção de políticas públicas a ela destinada.

OBSERVAÇÃO: No desenvolvimento de todo esse processo, devem ser respeitadas as diversidades regionais e culturais, levando-se em consideração as experiências existentes e suas realidades.

ENTIDADES: MST, CONTAG, FETRAF SUL, STRs, UJS, FETARN, MLT, CA-CAU-UOESC, MOC, FATRES, COOPERJOVENS, EFA – COAAMS, FAF - MS, FENAF SUL – CUT, CPT, PJR, PJMP, FEJUR - MS, SJ/ PT - MA, CRF, FEM, CORESO, DADSF, CEFET, ENEV, MDA.

Relatores: Núbia da Silva – Bahia/ Região Sisaleira e Wagner José da Rosa – Mato Grosso do Sul/ FAF.

11) CIDADANIA, MOBILIZAÇÃO SOCIAL E AUTO-ORGANIZAÇÃO DA JUVENTUDE⁹

Relatores: Susana Maria Maia (MG/Pastoral da Juventude), Wilson Ricardo Silveira TO/Pastoral da Juventude)

Provocador: JUVENTUDE PARTIDÁRIA (PT, PSDB, UJS)

- ? Auto organização da juventude, a partir de uma mobilização coletiva e não de interesses individuais;
- ? A maior problemática da juventude é a alienação, sendo que o principal fator a ser trabalhado é a conscientização cívica;

⁹ Coordenador: Deputado Zonta (PP/SC)

- ? Falta de espaço para a juventude na política nacional e em outras instâncias do governo e partidos nas definições das políticas;
- ? Reforçar e garantir a organização dos movimentos sociais e populares junto aos partidos, numa relação transparente e autônoma;
- ? Cobrar dos parlamentares uma bandeira firme de PPJs;
- ? Vivemos num momento de transição de um governo neoliberal, no qual tivemos uma exclusão política da juventude. Hoje, abrem-se espaços de debates sobre juventude e precisamos ter um papel estratégico na mobilização das entidades sociais, valorizando as diversas organizações juvenis, a fim de se unificar um movimento de discussão de PPJs no País;
- ? É tarefa nossa discutir quais são os critérios e formas de participação das diversas campanhas nacionais lançadas pelo Governo e Instituições. Devem ter características de desenvolvimento social e mudança da realidade. Queremos ser agentes ativos e não passivos, queremos construir as ações.

Provocador: PASTORAL DA JUVENTUDE

- ? Os movimentos estão em crise. Este espaço não consegue representar todos os interesses e desafios da juventude. Apesar de centenas de organizações juvenis, não conseguimos construir uma “unidade na diversidade”, um verdadeiro pacto entre as organizações;
- ? Não podemos ser usados como “platéia” neste processo, queremos construir as propostas;
- ? O Protagonismo Juvenil deve ser respeitado. Juventude, que também passa pela faixa etária, quer ter voz e espaço. Isso deve ser conquistado;
- ? Qual o nosso espaço de definição? As PPJs devem ser construídas pela juventude. As lideranças parlamentares devem possibilitar os meios e não usar as mobilizações para autopromoção;
- ? Só a via eleitoral não basta, hoje o que realmente vale é a organização popular;
- ? Precisamos nos organizar como sociedade civil para garantir que nossas reflexões e propostas não sejam suprimidas no processo institucional;

- ? Está mesmo na hora do Estatuto? Precisamos garantir o debate. A comissão é transitória, isso mostra que ainda não somos prioridade neste País;
- ? É nas diferenças que podemos construir um novo Brasil Possível e Necessário! Devemos criar e fortalecer o nosso fórum de discussão, qualificando nosso debate interno e propositivo.

Provocador: FUNDAÇÃO ATHOS BULCÃO

- ? Conhecer as culturas juvenis e buscar organizar/mobilizar a partir de suas realidades. É preciso primeiro escutar o que o jovem tem para falar.

Provocador: MOVER – DF

- ? Queremos propostas para frente e não ficarmos nos erros passados;
- ? O que falta aos jovens são princípios éticos, cidadãos e familiares. A partir deste restabelecimento, eles podem transformar nossa realidade.

Provocador: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME

- ? O primeiro marco para a definição de juventude é a delimitação da idade (15 a 24 anos). Esse é um marco jurídico, do ponto de vista de desenvolvimento psíquico e físico. A juventude é um período de transição no qual passa-se a assumir uma intervenção social;
- ? A Secretaria de Assistência Social trabalha com jovens de renda per capita de até ½ salário mínimo. Atualmente desenvolve dois programas: Agente Jovem e Centro de Juventude. Esses jovens muitas vezes não estão organizados devido a sua situação de vulnerabilidade. Precisamos pensar ações para envolvê-los e esta iniciativa deve ser uma de nossas bandeiras;
- ? Estatuto é um contrato social que precisa ser acordado com um maior número de pessoas e organizações (a exemplo do ECA). Se a bandeira para mobilizar não é o Estatuto, qual será? O que faz com um grupo se mobilize é uma bandeira. Quais bandeiras representam causas importantes para a juventude?

- ? O que mobiliza o jovem, muitas vezes, não mobiliza o adulto. O adulto, inserido em organizações, governos, partidos, deve ser indutor e não tutor, orientando para a organização, não fazendo o controle de massas;
- ? Não existe capilaridade na discussão sobre juventude, que é espalhada. O papel do estado é impulsionar formas de organização nos estados e municípios;
- ? Mais importante do que a denúncia é a capacidade de propor e acompanhar. As campanhas não podem ser só de mobilização, mas de introdução de um projeto de continuidade;
- ? O termo protagonismo juvenil está sendo usado para levantar uma idéia. Não tem sido muito claro o que é esse protagonismo. É preciso dar espaços privilegiados para o jovem. Porém, para a juventude em vulnerabilidade social, é preciso primeiro garantir os espaços básicos de socialização como educação, saúde, cultural etc, para depois ela se mobiliza para participar de causas maiores.

Propostas:

1. Promover campanhas em caráter nacional que mobilizem a juventude em defesa do desenvolvimento nacional;
2. Campanha em defesa da Amazônia, contra a patência da biodiversidade e a favor da soberania nacional;
3. Trabalhar, no Estatuto da Juventude, a faixa etária a partir dos 18 anos e garantir a implementação do ECA, fazendo valer os direitos nele contidos;
4. Fazer cumprir a legislação que determina a criação dos Grêmios Estudantis;
5. Monitorar as propostas de políticas públicas para a juventude já existentes nos estados e municípios;
6. Fortalecer a discussão do Fórum de Juventude, envolvendo as organizações e as bases;
7. Garantir a divulgação das ações por parte governamental;
8. Garantir que sejam criados conselhos nas três esferas governamentais, com caráter consultivo e deliberativo;

9. Intensificar a criação dos Conselhos Municipais e Estaduais da Juventude;
10. Revisar a composição dos Conselhos Municipais existentes, envolvendo as diversas organizações e movimentos juvenis;
11. Fortalecer as organizações juvenis nos municípios, a fim de acompanhar a implementação das Políticas Públicas para a Juventude e lançar propostas concretas;
12. Ampliar a Campanha contra redução da Maioridade Penal;
13. Realizar uma Conferência Nacional de Juventude deliberativa dentro de um ano, garantindo ampla participação de todos os segmentos juvenis;
14. Sair com uma agenda comum de discussões dos movimentos e organismos juvenis, incluindo o Fórum Social Mundial e etc;
15. Criação de uma Ouvidoria para fiscalizar as ações governamentais na implementação das PPJs;
16. Promover conferências e debates nos municípios, bairros, escolas, para envolver toda a juventude numa grande campanha nacional encima das Políticas Públicas;
17. Criar, via Políticas Públicas, mecanismos de aproximação da juventude da periferia, onde se dá, com maior intensidade, a violação dos direitos humanos;
18. Reafirmar a Campanha do 1º voto;
19. Fomentar meios de trabalho com planos organizacionais e de conscientização, tendo a juventude como líder;
20. Divulgar, nos meios de comunicação social de todo o país, as vitórias alcançadas neste momento histórico da vida da juventude em âmbito nacional e os próximos passos a serem dados;
21. Criação de um fundo de apoio a grupos e organizações juvenis que empreendam propostas de transformação social;
22. Incentivar as redes locais e nacionais que fortaleçam as organizações e os movimentos juvenis em todo o país;
23. Disseminar a cultura de uma nova relação com os grupos/organizações juvenis como parceiros na transformação social, em especial nas escolas e nas universidades;

24. As Prefeituras devem investir no trabalho de organizações e movimentos juvenis, contemplando financiamento no orçamento participativo;
25. Comprometimento do poder público e da sociedade civil na efetivação das políticas públicas para a Juventude;
26. Estimular as potencialidades da juventude, tendo como foco à escola urbana e rural, garantindo apoio técnico e psicológico para a formação do ser social consciente de seus direitos e deveres, visando educar para a vida;
27. Desenvolver ações junto às juventudes que estão na linha da pobreza, resgatando-lhes a auto-estima e despertando-lhes habilidades em prol do seu desenvolvimento;
28. Garantir, na definição do Plano Nacional da Juventude, propostas claras, objetivas e metas a serem alcançadas, abrangendo os jovens da cidade e do meio rural;
29. Criar uma instância da sociedade civil que assuma o papel propositivo de garantia dos direitos da juventude e que controle a aplicação das políticas públicas destinadas à juventude. Essa instância deve ser constituída por jovens e parceiros;
30. Incentivo à parceria com o setor privado de forma que este complemente a ação estatal na formação cidadã do indivíduo, inserindo-o em um contexto solidário e acolhedor;
31. Abertura dos órgãos públicos para a participação efetiva da juventude nos rumos das políticas e dos programas públicos;
32. Oferecer condições de auto-organização estudantil em escolas públicas;
33. Realizar uma integração entre os espaços institucionais de Políticas Públicas para a Juventude e os movimentos juvenis;
34. Que as campanhas cívicas nacionais sejam elaboradas conjuntamente com os movimentos sociais de juventude e que sejam compreendidas como espaço de educação política e de constante elaboração de PPJs;
35. Valorizar a diversidade do movimento de juventude, incluindo todos os tipos de organizações juvenis nos debates políticos de elaboração das PPJs;
36. Que a mobilização dos movimentos de juventude tenha como objetivo garantir a plena realização dos direitos sociais;

37. Inserção, nos cursos universitários, de disciplinas que atualizem os conceitos e as estratégias de ação na realidade da juventude atual;
38. Elaboração de materiais didáticos alternativos que abordem todos os conteúdos do ECA, a partir da doutrina de proteção integral da criança e do adolescente, com linguagem atualizada e jovem para uma melhor compreensão dos direitos e deveres dessas pessoas, garantindo-lhes o acesso aos materiais;
39. Distribuição massiva do ECA nas escolas de ensino fundamental e médio, bibliotecas e outros espaços de utilização pública;
40. Criar uma comissão de jovens para acompanhar os desdobramentos desta Conferência;
41. Criar um grupo de análise para estudo científico sobre humanidade, meio ambiente e espaços físicos voltados para a juventude;
42. Valorizar os encontros dos movimentos juvenis, englobando toda e qualquer manifestação juvenil;
43. Elaborar material didático e pedagógico que traduza as políticas públicas para a juventude já oferecidas;
44. Tornar transparente o processo de liberação e de captação dos recursos públicos;
45. Garantir a inclusão digital como fator de mobilização e de participação;
46. Criar uma coordenação dos movimentos populares juvenis.

Outros apontamentos:

- ? Precisamos ter claro para que, por que e como fazer a auto-organização;
- ? Defesa de reservas de vagas nas universidades públicas para alunos das escolas públicas;
- ? Definir educação como linha das Políticas Públicas para a Juventude;
- ? Garantir a Reforma Universitária com ampliação dos recursos financeiros e investimentos em pesquisa;
- ? Organizar programas de estagiários jovens para que tenham desconto nas universidades;
- ? Mobilização para a defesa do Passe Livre de forma macro;

- ? Incluir, nos parâmetros curriculares, a questão afro-brasileira;
- ? Criação de uma legislação que apresente os direitos da juventude e os parâmetros de atuação do Estado e da iniciativa privada junto à juventude;
- ? Capacitação de profissionais da educação na dimensão do protagonismo e no exercício de cidadania junto a adolescentes e jovens;
- ? Implementar, na educação pública, a questão agrária, principalmente com foco no semi-árido;
- ? Importância de abertura de todos os movimentos para o cenário político;
- ? A juventude não tem participado dos conselhos de direitos. Como fazer para inverter essa situação?
- ? Contra a ingerência do Banco Mundial nas políticas públicas juvenis;
- ? A Conferência é uma vitória, pois serve como espaço de debate e de ocupação de espaços.

12) CIENCIA, TECNOLOGIA, PESQUISA E POS GRADUAÇÃO¹⁰

Relatores: Alessandro Ferreira de Moraes (AL) Jaadiel Rocha dos Santos (RN) e Priscila dos Santos Pinheiro (RJ)

A ciência e a tecnologia constituem hoje alicerces fundamentais para a afirmação da soberania nacional bem como de um projeto de desenvolvimento que contemple crescimento econômico, geração de emprego e distribuição de renda.

A busca pela ampliação dos horizontes científicos passa por um maior apoio à pós- graduação e à pesquisa, sem a quais é impossível o desenvolvimento do saber e da prática científica.

Resumo das propostas discutidas no grupo e sistematizada pelos relatores:

¹⁰ Coordenadora: Deputada Professora Raquel Teixeira (PSDB/GO). Provocador Temático: Luciano Rezende Presidente da ANPG – Associação Nacional dos Pós -graduandos

Popularização da ciência:

1. Que o Fundo Nacional para o Desenvolvimento da Educação (FNDE) disponibilize, por meio de uma linha específica de financiamento, recursos para a construção e a manutenção de laboratórios voltados ao ensino fundamental e médio;
2. Pela inclusão das disciplinas de filosofia e sociologia na grade curricular do ensino médio, pois o conteúdo dessas disciplinas é imprescindível na formação crítica, humanista e reflexiva dos futuros cientistas e pesquisadores;
3. Inclusão digital pela utilização dos recursos do FUST;
4. Implementação do software livre como forma de acabar com o monopólio da Microsoft na informática;

Pesquisa:

1. Duplicação imediata do número e do valor das bolsas de iniciação científica (PIBIC, PET e Bolsas juniores) e de pós- graduação (mestrado e doutorado);
2. Isonomia no valor das bolsas entre as agências fomentadoras, nacionais e estaduais de ciência e tecnologia;
3. Contra o limite de idade como requisito para concessões de qualquer tipo de bolsa de estudo, pesquisa e/ou formação;
4. Maior divulgação e valorização das bolsas de iniciação científica (PET / PIBIC) nas instituições de ensino superior;
5. Maior valorização das ciências humanas na prática nacional de ciência e tecnologia;
6. Harmonização das licenciaturas e bacharelados na concessão de bolsas de estudo e formação;
7. Revisão, nos critérios de avaliação da CAPES, levando em consideração parâmetros qualitativos e não só quantitativos;
8. Maior interatividade e interdisciplinaridade nas relações científicas e tecnológicas nas universidades e institutos de pesquisa;
9. Proteção intelectual dos resultados das pesquisas desenvolvidas nas universidades e institutos de pesquisa;

10. Fortalecimento Nacional da Pós- graduação brasileira em todos os estados da federação, com valorização dos grupos de pesquisa emergentes sem prejuízo a grupos já consolidados;
11. Contra cobrança de mensalidade nos cursos de pós— graduação nas universidades públicas.

Financiamento:

1. Pela criação de FAP's nos Estados onde elas não existam.

13) DESENHO INSTITUCIONAL (PLANO NACIONAL E ESTATUTO DA JUVENTUDE)¹¹

Relatores: Mariana Bento (SP) e Emanuel Sobrinho (BA)

1. Princípios / Recomendações para a Política Nacional de Juventude:

- ? Organização e mobilização da Sociedade Civil;
- ? Diálogo permanente entre Sociedade Civil e Poder Público;
- ? Articulação com os documentos e tratados internacionais da juventude;
- ? Um novo ordenamento institucional para organizar as políticas existentes no Estado;
- ? A juventude como interlocutora política na construção, planejamento, execução e acompanhamento das políticas da juventude;
- ? Envolvimento da Sociedade Civil, especialistas e organizações de defesa da juventude.
- ? Descentralização e capilaridade das políticas de juventude, compreendendo os níveis da União, dos Estados e dos Municípios
- ? Recorrer aos estudos sobre a realidade da juventude brasileira, a exemplo do Projeto Juventude;
- ? Reconhecer as diferentes linguagens, realidades e demandas relativas às questões de deficiência, de gênero, de etnia e raça, da diversidade regional e cultural, do centro urbano, periferia e campo da juventude brasileira;

¹¹ Coordenador: Deputado Reginaldo Lopes (PT/MG)

- ? Democratização das informações sobre programas e estudos sobre a juventude;
- ? Participação;
- ? Articulação com Redes, Fóruns e Atores Locais de juventude;
- ? Associativismo;
- ? Estimular a informação da juventude sobre seus direitos.

2. Plano Nacional da Juventude

2. 1. Estatuto da Juventude:

Propostas:

1. Ser um marco legal dos direitos da juventude brasileira;
2. Delimitar o que é juventude;
3. Criar um Projeto de Emenda Constitucional para regulamentar os direitos e deveres da juventude e o compromisso do Estado e da sociedade em geral com segmento juvenil;
4. Contemplar as diversas áreas das políticas sociais básicas, como saúde, esporte, lazer, cultura, assistência social etc.
5. Adiar a definição do Estatuto da Juventude, já que não se tem acúmulo de debates suficientes;

Observação: Preocupação com o conflito entre o Estatuto da Criança e do da Juventude, para que não se reduza a maioria penal.

2. 2. Conselho Nacional de Juventude

Propostas consensuais:

1. Criar conselhos da juventude nos níveis municipais, micro-regionais e estaduais;
2. Criar um fundo de apoio à juventude.

Propostas divergentes:

? **Quanto ao formato e composição:**

1. Paritário (sociedade civil e poder público);
2. Paritário de acordo com a proposta do Relatório Preliminar pela Comissão Especial, Destinada a Acompanhar e Estudar PPJ;
3. Auto-gestionado pelos jovens, tendo em vista a mudança no parâmetro da representatividade, contemplando a diversidade da juventude em termos de gênero, etnia e raça, deficiência, campo, periferia e urbano;
4. Assegurar políticas de cotas na composição do conselho, tendo em vista a diversidade da juventude em termos de gênero, etnia e raça, deficiência, campo e urbano.

? **Quanto ao caráter:**

- ? Deliberativo e fiscalizador;
- ? Consultivo e fiscalizador.

2.3. Instituto da Juventude

Propostas:

1. Que o Instituto seja um órgão governamental;
2. Que Instituto tenha um caráter jurídico, que seja restrito ao estudo e a pesquisa das questões relativas à juventude;
3. Realizar pesquisas para informar e subsidiar a PPJ;
4. Otimizar os institutos de pesquisa já existentes, como os das universidades públicas;
5. Evitar a terceirização dos serviços do Instituto;
6. Realizar um mapeamento periódico da juventude brasileira.

Observação: Qual a necessidade imediata da criação do Instituto da Juventude?

2.4. Conferência Nacional da Juventude

Propostas:

1. Instância de acompanhamento e avaliação das PPJ;
2. Instância que represente as diversas manifestações da juventude brasileira.

3. Quanto à periodicidade: anual ou bienal;
4. Quanto ao formato: estrutura hierárquica nos níveis municipal, micro-regional e estadual;
5. Quanto à participação e à composição: jovens, organizações juvenis e a sociedade civil. A composição do Conselho Nacional de Juventude deve ser montada, a partir da eleição direta dos delegados das Conferências de Juventude;
6. Quanto ao processo de escolha: a partir da definição de delegados nas conferências nos diversos níveis (municipal, micro-regional, estadual);
7. Quanto ao caráter: Deliberativo.
8. Priorizar a participação das diversas organizações da juventude no planejamento e na coordenação das Conferências Municipais, Micro-regionais, Estaduais e Nacional.

Observação: O grupo Temático não percebeu contribuições sobre esse tema nas cartas-proposta das Etapas Estaduais da Conferência Nacional da Juventude.

2.5. Instância Governamental da Juventude

1. É consenso a criação de um órgão governamental da juventude;
2. É divergente a criação de uma Secretaria ou Ministério da Juventude.

2.5.1 - Secretaria Especial da Juventude:

1. Realizar um trabalho transversal entre os ministérios;
2. Executar, acompanhar e monitorar a PPJ;
3. Dialogar com a sociedade civil;
4. Criar uma estratégia de comunicação ampla e pública;
5. Assegurar um amplo acesso da juventude e que suas ações contemplem os níveis estadual, regional e municipal;
6. Assegurar as demandas específicas de gênero, etnia, deficiência, rural e urbano;
7. Ser ligada à Presidência da República;

8. Garantir recursos próprios.

2.5.2 - Ministério da Juventude:

1. Criar um ministério prevendo dotação orçamentária na LDO;
2. Definir a PPJ.

3. Outras recomendações/ propostas:

1. Tornar a Comissão Especial uma Comissão Permanente de PPJ;
2. Envolver os três poderes (legislativo, executivo e judiciário) na PPJ;
3. Que o responsável pela instância governamental seja jovem de até 29 anos de idade;
4. Plano Nacional de juventude deve recomendar a criação de órgãos gestores de políticas públicas de juventude nas esferas estaduais e municipais;
5. Não deve ser objetivo desse órgão a formação de líderes, mas sim o fomento ao associativismo e à participação coletiva da juventude;
6. Criação de um grupo de trabalho com a participação de jovens que aprofunde a discussão da PPJ;
7. Que as PPJs e outros programas de apoio à juventude contemplem a realidade rural e a convivência com o semi-árido.

4. Desenho Institucional:

Proposta 1: Criação do Sub-Ministério das juventudes< Ministérios (Executivo)<Sub-Ministério das juventudes<Executivas Estaduais<Sub-Secretarias Estaduais<Executivas Municipais<Secretarias municipais<Sub-secretarias municipais da juventude<Todos os grupos de jovens dos municípios.

Proposta 2:

Atribuições	Instâncias
-------------	------------

Discutir e elaborar	Conferência
Coordenar e executar	Secretaria Nacional
Coordenar e executar	Secretaria Nacional
Coordenar e executar	Âmbito local
Fiscalizar e controlar	Conselho paritário

14) CULTURA DE PAZ

Relatores: Alessandro Lacerda de Assis (PR) e Alex Sandro Perez Santos (PR)

Provocador: Comunidade Bahai . O representante da comunidade relatou que a paz está acima do que hoje é veiculado nos meios de comunicação, pois a cultura de paz envolve questões sociais, psicológicas e políticas:

- ? Qual a papel da juventude na cultura de paz? Pois os jovens são os mais afetados pela violência em nosso país;
- ? Precisamos trabalhar a unidade na diversidade;
- ? Questão do desarmamento;
- ? A paz entre as religiões que o instituto Bahai propaga.

Provocador: Instituto sou da paz. O representante do instituto realizou uma explanação sobre o Instituto Sou da Paz, sua origem, enfatizando cinco idéias básicas que a organização propaga:

- ? Implementação de emprego e renda;
- ? Inclusão e aperfeiçoamento educacional;
- ? Prática de esportes;
- ? Participação e associativismo;
- ? Estigmas psicológicos;
- ? A paz é discutida em dois âmbitos: problemas sociais e segurança pública.

Provocador: UNIPA:

- ? O contrário da paz é a estagnação e o conformismo social;
- ? Ecologia pessoal;
- ? Ecologia social;
- ? Ecologia planetária.

Provocador: UNESCO

Relatou algumas constatações levantadas pela UNESCO através de pesquisas sobre a violência, e que, no Brasil, é necessário ampliar o acesso às ações de cidadania fazendo uma inclusão social para reduzir os níveis de violência.

A UNESCO, em seus programas no Brasil, atinge cinco milhões de pessoas, com um gasto de 80 milhões de reais.

A UNESCO está com seus projetos inseridos em sete estados brasileiros, em escolas públicas, transformando a escola, durante os finais de semana, em um ambiente de promoção cultural, desenvolvendo atividades de lazer.

Provocador: BRAHMA KUMARIS

O representante dessa entidade explanou sobre a dificuldade de estar passando a visão da cultura de paz contra o senso comum que hoje é o da violência, a idéia essa disseminada com maior facilidade. É necessário tornar a paz mais palpável, trabalhando o caráter das pessoas.

Conclusão: “Cultura de paz é a valorização e o resgate da dignidade humana”.

Propostas:

1. Elaborar estratégias de colaboração entre ONG's, Movimentos religiosos e governamentais;
2. Estabelecer uma relação de intercâmbio de projetos dos interlocutores e organizações, com enfoque no resgate da dignidade humana;

3. Criar espaços para reflexão sobre a violência e a construção da Paz, enfrentando os temas atuais, tais como: o racismo, a globalização, o homossexualismo, mulheres, índios, deficientes físicos, juventude rural e minorias;
4. Tornar conhecidas dos jovens as iniciativas e os planos de formação para a cultura de paz nas instituições governamentais e não governamentais;
5. Elaborar uma política de educação integral, valorizando o ser humano, na qual a família participe integralmente na formação do jovem em sua cidadania, juntamente com as instituições educacionais;
6. Criar programas para formação dos educadores, que incentive e capacite o educador a trabalhar a cultura de paz, com os jovens das comunidades em que estão inseridos;
7. Incentivar a prática de esportes radicais como local no qual o jovem extravase a sua adrenalina;
8. Incentivar a prática de esportes em geral, com ênfase nos esportes olímpicos, com a finalidade de inclusão social;
9. Cobrar do governo e da sociedade que a constituição brasileira e o ECA sejam cumpridos em sua totalidade, proporcionando ao jovem uma continuidade da formação de sua conscientização da cultura de paz, e uma melhor estrutura para vivenciar a paz;
10. Desenvolver ações que atraiam a juventude para uma nova vivência cultural e educacional.
11. Promover a valorização da família;
12. Conscientizar os meios de comunicação para veicular a cultura de paz, em vez da cultura de violência, mudando a tendência da consciência da cultura de violência,
13. Vincular a cultura de paz à preservação do meio ambiente, pois ambos estão interligados.

Para alcançarmos estas idéias: “Basta colocar a serviço de todos o saber acumulado, os conhecimentos, as tecnologias, os bens e os recursos já produzidos por toda a humanidade em sua longa história, com uma maior dose de solidariedade, justiça e amor” texto base dignidade humana e paz – CONIC – CLAI-Brasil.

Ressalvas:

Queremos elogiar a iniciativa da Comissão em abrir este espaço aos jovens, a fim de que possamos ser ouvidos, colocando nossas necessidades em pauta.

Lamentamos que, em um tema tão importante como Cultura da Paz, que tem seus pilares fundamentados na Solidariedade, Justiça, Educação, Liberdade, e que é de responsabilidade de todos os segmentos da sociedade, não pudemos contar com a presença de um representante do Ministério da Justiça, assim como a presença do Deputado Federal Milton Cardias, que era responsável pela Coordenação da Mesa, e não justificou sua ausência. Era no período da tarde em que se fazia necessária a presença dessas autoridades para que nossas propostas tivessem uma amplitude maior. Esse relatório somente foi sua elaboração pelo compromisso dos jovens e das instituições não governamentais que têm um real compromisso com a Cultura de Paz.

15) MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL¹²

Relatores: Emerson Lisboa, Elisângela Lizardo e Rafael Lira; Coordenador indicado: Breno Valadares

1. Incluir, no Artigo 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, LDB, a educação ambiental, o estudo e a promoção da capacitação ambiental de acordo com a realidade em que está inserido o estudante na sua região, com ampliação da discussão ambiental de forma global;
2. Capacitação de educadores para desenvolvimento de projetos de preservação e reestruturação ambiental através da interdisciplinaridade em programas de inclusão social nos ensinos fundamental e médio e programas de extensão nas universidades;
3. Inclusão de turismo sustentável-ambiental no currículo escolar;
4. Incentivo ao empreendedorismo ecológico e ao desenvolvimento sustentável através de incubadoras sociais formadas entre governo, Ong's, universidades;

¹² Coordenador: Deputado Zico Bronzeado (PT/AC)

5. Que as administrações municipais e estaduais criem espaços para a ampla participação popular, com incentivo e divulgação para as famílias de baixa renda e a juventude, no intuito de inclusão para a discussão e criação de um plano de desenvolvimento sustentável de acordo com a realidade regional;
6. Ampliação de vagas dos cursos de capacitação ambiental em escolas técnicas;
7. Emissão de certificados pelas instituições habilitadas com participação nos conselhos jovens de meio ambiente;
8. Inclusão de critérios ambientais para a avaliação do IDH;
9. Criação dos agentes jovens de vigilância e educação ambiental com bolsa do governo federal;
10. Criação e/ou Ampliação dos agentes federais de meio ambiente;
11. Revisão das leis ambientais, e efetiva aplicação da norma;
12. Inclusão, nos conteúdos curriculares das faculdades de direito, da disciplina direito ambiental de forma obrigatória;
13. Elaboração de projetos que visem reduzir a agressão diária ao meio ambiente tais como rodízio de carros, combustíveis alternativos não poluentes, bem como maior investimento em tecnologia ambiental para garantir produtos menos poluentes, recicláveis e de qualidade e que tenham o acompanhamento dos agentes ambientais;
14. Desenvolvimento de projetos de combate a poluição hídrica, mananciais, rios, aquíferos;
15. Incentivar as empresas para o reaproveitamento das águas;
16. Não autorização dos projetos que promovam a degradação ambiental;
17. Ampliação da preservação genética para garantia de existência da biodiversidade;
18. Regulamentação rigorosa das pesquisas de organismos geneticamente modificados com a fiscalização dos conselhos de Bio-Ética, Bio-Segurança, bem como os conselhos ambientais;
19. Incentivo e intensificação da agenda 21 em todos os municípios brasileiros;
20. Lutar pela não plantação e comercialização de sementes transgênicas;

21. Não permitir que nosso meio ambiente seja privatizado e até mesmo internacionalizado;
22. Lutar contra a privatização das águas;
23. Incentivar o pequeno agricultor e a agricultura familiar com ampliação da visão ecológica e do desenvolvimento sustentável;
24. Criar mecanismos para desestimular a monocultura;
25. Coleta seletiva de lixo obrigatória em todos os municípios;
26. Criar e incentivar associações e cooperativas de reciclagem, ecoprodutos de substituição, coleta seletiva de lixo etc;
27. Criar o programa nacional de combate à poluição do ar, através dos agentes jovens de vigilância e educação (com bolsa);
28. Criar uma divisão especial de investigação e combate a biopirataria;
29. Criar mecanismos que potencializem a elaboração de projetos dentro dos temas transversais tratados na educação que se referem ao meio ambiente;
30. Garantir a participação do jovem em todas as instâncias deliberativas e executivas relacionadas às questões ambientais;
31. Criar o Conselho Jovem em todos os municípios brasileiros, tanto no meio rural como no urbano, tendo como um dos objetivos a preservação e educação ambiental e que os recursos necessários ao desenvolvimento de suas atividades sejam garantidos pelo poder público;
32. Fazer um mapeamento nacional da qualidade do meio ambiente e um planejamento estratégico para a sua preservação, incluindo principalmente áreas de grande biodiversidade;
33. Regulamentar e fiscalizar, com rigor, a presença de pesquisadores estrangeiros no território brasileiro para combater a biopirataria;
34. Fazer uma campanha nacional de educação ambiental;
35. Criar mecanismos fiscais e sêlos para incentivar as empresas que investem no desenvolvimento sustentável e na preservação ambiental.

16) JUVENTUDE E DISCUSSÃO DE GÊNERO (POLÍTICAS PARA AS MULHERES)

Reladoras: Maíni Costa e Juliana Anacleto

Saúde, direitos sexuais e direitos reprodutivos:

1. Programa de capacitação de profissionais da saúde e educadores para trabalhar as questões relacionadas à sexualidade da jovem mulher;
2. Implantação da disciplina saúde e direitos reprodutivos no ensino fundamental;
3. Legalização do aborto;
4. Campanhas e ações para a prevenção do câncer do colo de útero e de mama, garantindo a realização regular nos postos de saúde dos exames Papa Nicolau mamografia, ultra-som, dentro outros, principalmente aqueles que visem diagnosticar diabetes e anemia falciforme;
5. Fomento a campanhas e a revisão dos programas de tratamento e de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis;
6. Desenvolvimento de programas preventivos de educação sexuais voltados para os adolescentes com informação sobre métodos contraceptivos e sobre diversos tipos de atendimentos escolhidos, garantindo-se acompanhamento adequado nos casos de gravidez e doenças sexualmente transmissíveis;
7. Implementação de programas de DNA gratuitos com gestão do Ministério Público, focalizando o direito da mulher jovem;
8. Aumento da cota de exames e cirurgias para mulheres, bem como melhoria dos programas específicos de saúde da mulher, garantindo a gratuidade dos medicamentos e todos os métodos contraceptivos;
9. Garantia à liberdade sexual como direito de todas as mulheres.
10. Criação de centro de referência homossexual;
11. Implantação de centros de referência para a saúde da mulher nas cidades com mais de 50 mil habitantes;
12. Criação de programas para o acompanhamento de mães adolescentes;
13. Realização de programas de extensão nas universidades com projetos de acompanhamento sexual;
14. Criação de programas de formação de especialistas em enfermagem, obstetrícia, e capacitação de parteiras tradicionais melhorando a assistência ao parto domiciliar;

15. Exigência de agilidade na execução do aborto legal, garantindo sua realização nos hospitais no início da gravidez;
16. Maior divulgação dos métodos contraceptivos como a camisinha feminina e a pílula do dia seguinte, bem como a distribuição gratuita em todos os postos de saúde.

Violência contra a mulher:

1. Implantação das delegacias especiais da mulher em todos os municípios com mais de 50 mil habitantes, com direção exclusiva de mulheres, e maior capacitação das delegadas e policiais;
2. Disque denúncia gratuito para mulheres vítimas de violência;
3. Inclusão, no currículo dos cursos superiores, de temas relacionados à vida da mulher, como violência doméstica, direitos sexuais e reprodutivos;
4. Criação de casas abrigo e/ou fortalecimento das já existentes para acolher mulheres e crianças vítimas de violência, com profissionais aptos a dar apoio, suporte psicológico e jurídico;
5. Programas de capacitação de servidores nas áreas de segurança, saúde, educação para a temática de gênero, preparando-os para o trato com mulheres, vítimas de violência;
6. Incentivo governamental à criação e à implantação de conselhos tutelares e da mulher nos municípios e/ou regionais;
7. Criação de centros de reeducação para o agressor;
8. Criação de núcleos de apoio e de orientação às famílias vítimas de violência;
9. Inclusão da disciplina direitos humanos nos currículos dos cursos de graduação dos profissionais da segurança pública;
10. Criação de conselhos da mulher nos municípios ou em regionais;
11. Criação de mecanismos de denúncia e de punição das agências de turismo e outras instituições que exploram o turismo sexual, bem como o tráfico internacional de mulheres;
12. Combater a prostituição infantil;

13. Inserção, no código penal, de tipos penais visando ao combate à violência contra a mulher;
14. Criação do juizado especial criminal para julgamento dos agressores de mulheres, estabelecendo mecanismos de fiscalização que permitam constatar o cumprimento das leis de combate à violência;
15. Coibir a veiculação da imagem pejorativa do corpo da mulher. Incluir o lema “NOSSA LUTA É TODO DIA, NOSSO CORPO NÃO É MERCADORIA” nas propagandas e nos meios de comunicação que mercantilizam sua imagem feminina, utilizando esse lema na divulgação da questão de gênero;
16. Punição rigorosa ao agressor de mulheres;
17. Pela revogação de Lei nº 9.099 que caracteriza o crime contra a mulher como sendo um crime contra os costumes, o que potencializa a cultura machista.

A mulher e a questão étnica racial:

1. Implementação de medidas compensatórias para a permanência das mulheres negras no sistema educacional;
2. Garantia de cotas para as mulheres negras nos programas de moradia;
3. Mapeamento dos quilombos e garantia de melhor qualidade de vida para as mulheres que ali residem, conferindo-lhes os títulos de terra nessas comunidades;
4. Criação de cursos de formação política, a fim de elevar o nível da consciência crítica e de participação das mulheres negras;
5. Adoção de políticas efetivas, na rede municipal de ensino, visando à eliminação da educação racial diversificada.

Espaço agrário e ambiental:

1. Implementação de políticas públicas, em nível estadual e nacional para a educação rural, através das escolas familiares agrícolas, como instrumento de formação da mulher rural para o mercado de trabalho e empreendedorismo rural agrícola;

2. Garantia de acesso das mulheres a titularidade da terra nos assentamentos e nos programas de reforma agrária e garantia às escrituras de propriedade urbanas as mesmas;
3. Adoção do passe livre para estudantes;
4. Fiscalização efetiva do Ministério do Trabalho em relação ao trabalho escravo, subemprego, assédio sexual no trabalho, com programas voltados para a conscientização dos direitos trabalhistas e humanos;
5. Extensão da licença maternidade para as trabalhadoras rurais;
6. Criação de programa de casa própria voltada para mãe solteira;
7. Criação de locais de amamentação nas áreas públicas de lazer, parques e jardins.
8. Acesso das mulheres jovens ao PRONAF;
9. Políticas de urbanização voltada para a iluminação e o cercamento de terrenos baldios a fim de diminuir o índice de violência contra a mulher.

Educação não sexista:

1. Criação de programas de financiamento de pesquisas voltadas para a questão de gênero no Brasil, especificamente em se tratando de educação e saúde, bem como a formação acadêmica das futuras (os) professoras (os) minimizando a educação sexista;
2. Ampliação da educação profissionalizante para as mulheres, com a criação de novos cursos e garantia de acesso aos já existentes;
3. Veiculação ampliada de cartilhas com temas educativos que tratem de questões sobre educação social, educação não sexista, respeito e combate à violência de gênero e a discriminação racial;
4. Instituição de Programas e projetos que visem fornecer subsídios à família com relação à educação sexual e direitos reprodutivos, gravidez indesejada e aborto nas escolas;
5. Criação de políticas de erradicação do analfabetismo, com locais e horários alternativos para atender às jovens mulheres;
6. Criação de creches universitárias em todas as universidades federais, dando-se isenção fiscal para as privadas que fornecerem essa estrutura;

7. Promoção de campanhas educativas para jovens sobre assédio sexual e moral dentro das empresas e escolas;
8. Criação de creche em todas as empresas e prefeituras;
9. Criação de escolas com horário integral para crianças de 0 a 14 anos, para dar suporte às mães que trabalham todo dia;
10. Inclusão, nos currículos escolares, da questão de gênero, promovendo desde a educação infantil e séries iniciais do ensino fundamental, a reflexão sobre a igualdade feminista e masculina, erradicando a cultura preconceituosa e machista;
11. Política de assistência estudantil específica para as mulheres nas universidades;
12. Reserva de vagas para as jovens mulheres nos projetos de pesquisa;
13. Implantar, nas escolas, do esporte solidário, não competitivo entre os meninos e as meninas.

Participação política:

1. Unidade de ação entre as mulheres, a fim de sejam elaborados e construídos projetos emancipacionistas;
2. Formação política das jovens mulheres, visando sua participação nos espaços de decisões até hoje dirigidos somente pelos homens;
3. Maior incentivo as jovens líderes nos diversos movimentos, culturais, sociais e políticos;
4. Interação entre os órgãos institucionais de juventude e os órgãos institucionais de mulheres;
5. Garantia de discussões sobre gênero junto a todas as entidades estudantis secundaristas, universitárias e de pós-graduação;
6. Garantia de debates sobre gênero nos partidos políticos e nas organizações de juventude;
7. Desagregação de indicadores sociais em sexo/raça/etnia/idade/localização geográfica e urbana/rural, visando permitir avaliar e monitorar a implementação das políticas públicas, proporcionando o atendimento a demandas específicas.

Trabalho das mulheres:

1. Implantação de políticas trabalhistas que permitam a equidade de salário e livre acesso da mulher a todos os setores profissionais;
2. Fiscalização para assegurar o cumprimento da legislação em vigor sobre a licença maternidade, salário, estabilidade das gestantes e adotantes, tempo e local adequado para a amamentação e creches nos locais de trabalho. Fiscalização dessas relações de trabalho, com sanções penais e administrativas (multas) para as instituições públicas e privadas infratoras da lei, proibindo sua participação nas licitações públicas;
3. Ampliação, através de políticas públicas, do acesso da mulher ao mercado de trabalho, com destaque as mulheres com necessidades especiais;
4. Combate ao trabalho infantil doméstico;
5. Inclusão, na dotação orçamentária dos municípios, estados e federal, de previsão de verbas para políticas públicas voltadas à criação de emprego e distribuição de renda para as mulheres;
6. Incentivo a programas de criação de padarias, lavanderias e hortas comunitárias, bem como de programas de agricultura familiar urbana, garantindo escoamento da produção das diversas comunidades;
7. Cumprimento da Lei que garante creche, além da revisão do diploma legal no sentido de estender esse direitos a toda as mulheres, independentes do vínculo empregatício;
8. Obrigatoriedade do funcionamento das creches municipais em período integral, inclusive nas férias escolares e nos feriados;
9. Criação de Programas de socialização e de reintegração de adolescentes infratoras, usuárias de drogas, pertencentes a grupo de risco ou vítimas de violência;
10. Criação de programas de renda mínima para as mulheres urbanas e rurais, priorizando as mães solteiras chefes de família;
11. Criação de um órgão protetor da mulher que denuncie abusos no meio profissional;
12. Garantia de licença maternidade para jovens no período de estágio profissionalizante.

13. Redução da jornada de trabalho, sem prejuízo dos salários, possibilitando a conclusão dos estudos da jovem mulher.
14. Políticas trabalhistas voltadas às mulheres seringueiras, artesãs e do meio rural.
15. Garantia de divulgação sobre as políticas públicas para a juventude em todos os estados da federação, sem exceção.

17) EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL

Relator: Roberto Cordoville Efrem de Lima Filho (PE)

É reconhecendo o caráter transformador e libertário da educação não-formal, importante instrumento de intervenção comunitária de grupos de jovens, de organizações não governamentais e dos mais diversos movimentos sociais, que o GT EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL vem, através de suas discussões, apresentar as seguintes propostas elaboradas durante a Conferência Nacional de Juventude:

1. Criar, através do Estado ou mesmo das organizações e dos movimentos sociais que desenvolvem atividades de educação não-formal, uma rede para otimizar o intercâmbio de informações. A opressão assume várias faces. As reações sociais também. Contra o racismo, o preconceito sexual e a tortura, insurgem o movimento negro, o movimento homossexual e o movimento prisional. Contra a educação acrítica e depositária, contra os abusos dos empregadores, insurgem o movimento estudantil e o movimento operário. Contra a alienação e a estrangeirização, insurgem movimentos culturais. Porque as frentes de luta são muitas e a diversidade e a pluralidade de movimentos aparecem como essenciais à construção de um espaço público efetivamente democrático. O intercâmbio entre os movimentos e os pleitos, entre os sonhos, as ideologias e as intervenções em prol da juventude é fundamental para a concretização desses anseios. O papel do Estado, respeitando sempre a autonomia desses movimentos, deve ser o de promover tal intercâmbio, gerando, dessa forma, uma maior dinamicidade e efetivação dos princípios democráticos defendidos pelo atual Governo. Esquerda de mãos dadas: educação libertária;
2. Apoio estatal à formalização das organizações que trabalham com educação não-formal, visando ao esclarecimento das vantagens e os requisitos para tal formalização, simplificando o processo legal;

3. Promoção estatal de ciclos capacitadores sobre gestão de organizações, visando, também, à obtenção da autonomia financeira dessas organizações;
4. Criação de um programa estatal de apoio a grupos juvenis que desenvolvem atividades de educação não-formal. As dificuldades por que passam organizações e movimentos juvenis por inacessibilidade ao conhecimento jurídico e aos procedimentos burocráticos tomam a militância jovem ainda mais frágil diante dessas diversidades. A falta de informações sobre a formalização das organizações, assim como sobre os procedimentos burocráticos necessários mostra mais uma face opressora de nosso sistema. O Estado, dessa forma, deve capacitar e orientar, otimizando as atividades em educação não-formal para a comunidade jovem e constituindo um mais eficiente diálogo com organizações e movimentos;
5. Criação de um selo estatal de qualidade na promoção social, que ateste a participação de empresas no financiamento de organizações que desenvolvam atividades em educação não-formal, tendo o Estado uma postura fiscalizadora da efetivação das atividades financiadas também pelo setor privado. A intervenção do setor privado no financiamento das organizações é presente. Tal intervenção, no entanto, demanda acompanhamento estatal, visto que os objetivos socializadores, fomentadores da cidadania e de formação de agentes sociais interferentes, da educação não-formal, não podem ser esquecidos ou deturpados. O capital privado deve assim ser considerado, desde que devidamente fiscalizado em sua aplicação. A formação do jovem é relevante demais para que qualquer orientação de interesses mercadológicos e sistêmicos deturpe sua função social libertadora;
6. Abertura dos espaços públicos, dos escolares e dos universitários para a realização de atividades de educação não-formal, promovidas por organizações e movimentos sociais. A praça é do povo. Assim também são as escolas, universidades, órgãos e empresas públicas. A abertura desses espaços para o desenvolvimento da educação não-formal, sediando suas atividades e trazendo para si a comunidade, é fundamental para a construção dos espaços públicos devidamente democráticos. As escolas não devem fechar suas portas ao final de seu horário ordinário. Devem estar abertas para atividades culturais, esportivas, fomentadoras da cidadania, dialógicas. As empresas não

devem servir unicamente à produção. A extensão universitária, construtora de conhecimento libertador e inovador com a comunidade, respaldado em seus anseios, deve ser promovida. "O espaço público é público". A educação não-formal é pública;

7. Inserir, na educação forma, uma metodologia crítico-social libertadora. A educação não-formal, sua práxis e seus instrumentos transformadores devem influenciar a educação formal, atualmente subserviente ao mercado e aos processos elitistas de inserção nas universidades. A tomada de uma posição ideológica de esquerda por parte da educação formal é imprescindível. A química, a física, os cálculos, a história, os códigos, as constituições, as réguas, os bisturis, a arte, devem caminhar de mãos dadas com a construção de uma metodologia dialógica e libertadora. O educando é agente crítico, socialmente interferente. O educador é instrumento democrático para a promoção do diálogo.

COMENTÁRIOS DA COMISSÃO:

EDUCAÇÃO SUPERIOR

O Fundo proposto no item *autonomia universitária* está previsto no Plano Nacional de Educação (PNE) no subitem nº 24, do item 4.4 e foi vetado. Assim, quando no item *financiamento* o GT **propõe a derrubada dos vetos ao PNE**, marca posição de contrariedade pela exclusão, do texto legal, desta matéria bem como dos outros vetos constantes da Mensagem nº 9, de 9 de janeiro de 2001 que tratam da ampliação do Programa de Renda Mínima para atendimento da educação infantil (item 1.3 subitem 22); da ampliação da oferta de ensino público em uma proporção nunca inferior a 40% do total de vagas para a educação superior (item 4.3 subitem 2); da ampliação do crédito educativo (item 4.4 subitem 26); da ampliação do financiamento público à pesquisa científica e tecnológica (item 4.4 subitem 29); da implantação dos planos de carreira para os profissionais que atuam nas áreas técnica e administrativa (item 10.3 subitem 4); da elevação dos gastos públicos em relação ao PIB,

aplicados em educação para atingir o mínimo de 7% (item 11.3 subitem 1); da orientação dos orçamentos nas três esferas governamentais para alocar valores por aluno que correspondam ao mínimo de qualidade de ensino (item 11.3 subitem 7) e garantir recursos do Tesouro Nacional para o pagamento de aposentados e pensionistas, excluindo os gastos das despesas consideradas como manutenção e desenvolvimento do ensino (item 11.3 subitem 13).

O GT reforça a escolha dos dirigentes, a existência de conselhos paritários e as eleições diretas para reitor. Essas iniciativas são exercícios da gestão democrática, bem como o cumprimento da autonomia de gestão administrativa prevista no art. 207 da Constituição Federal que afirma *as universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.*

O GT defende cotas na universidade para estudantes negros e para estudantes oriundos de escola pública.

Propõe um plano nacional de assistência estudantil integrado a uma política que defina rubrica específica no Orçamento da União.

Os jovens ainda acrescentam, às metas já contempladas no Relatório Preliminar da Comissão Especial, a ampliação do número de vagas nas instituições de ensino e da oferta de cursos noturnos; maior fiscalização das instituições privadas quanto à qualidade do ensino e valor das mensalidades e oferta de financiamento com a criação de um novo crédito educativo.

EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

Ao pensar a educação profissional é importante contextualizá-la em um projeto de desenvolvimento nacional, com previsão orçamentária específica. Trata-se de ponto estratégico no desenvolvimento científico e tecnológico do País.

A educação profissional está prevista na Constituição Federal, no Capítulo III que trata da *Educação, da Cultura e do Desporto*. O art. 205 dispõe que *A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício*

da cidadania e sua qualificação para o trabalho. A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que *estabelece as diretrizes e bases da educação nacional* – LDB, dedica o Capítulo III à educação profissional, sendo que o Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, *regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.*

O GT e algumas cartas dos Estados encaminharam propostas pela revogação do referido decreto que subdivide a educação profissional em três níveis: básico, destinado à qualificação, requalificação e reprofissionalização de trabalhadores, independente de escolaridade prévia; técnico, destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos matriculados ou egressos do ensino médio, devendo ser ministrado na forma estabelecida pelo Decreto e tecnológico, correspondente a cursos de nível superior na área tecnológica destinados a egressos do ensino médio e técnico. Há proposta de reformulação desses níveis, priorizando a volta da matrícula única entre ensino médio e técnico, o que implica incentivar que, aos 14 anos, os alunos optem por uma profissão.

O GT propôs ainda a criação de Fundo de Desenvolvimento da Educação Profissional – FUNDEP com recursos oriundos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), dos empresários e, principalmente, do Governo.

EDUCAÇÃO BÁSICA

Este GT trouxe proposições que também foram trabalhadas em outros GTs como os de educação superior, educação profissional, cultura, esporte e de cidadania, mobilização social, auto-organização da juventude. Várias sugestões dispõem sobre a necessidade de melhoria da qualidade do ensino e a ampliação de temáticas ou de disciplinas nos currículos que correspondam aos anseios atuais dos jovens e da sociedade. Muitas indicações contidas no Relatório Preliminar foram mais uma vez solicitadas como a revogação da MP nº 2.208, de 2001 que trata da edição das carteiras estudantis; da Lei nº 9.192, de 21 de dezembro de 1995 que altera dispositivos da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que regulamentam o processo de escolha dos dirigentes universitários; a inclusão da universalização do ensino básico; ampliação do programa da

merenda escolar para todos os alunos da educação básica e o transporte escolar para todos alunos.

O GT trouxe ainda as propostas de criação de um órgão público que acompanhe o ensino noturno regular, de uma nova avaliação da educação básica, e, de maior fiscalização e acompanhamento das escolas particulares.

TRABALHO, EMPREGO, RENDA E EMPREENDEDORISMO

Nas propostas apresentadas pelos componentes desse GT, nota-se a grande preocupação dos jovens quanto à qualificação profissional, tanto no meio urbano quanto no rural, com ênfase na formação escolar, indispensável à sua inserção no mercado de trabalho.

Quanto ao grande índice de desemprego que aflige o segmento juvenil, apontou-se, como solução, reduzir a jornada de trabalho e proibir a realização de horas extraordinárias. Pediu-se ainda o incremento da Fiscalização do Trabalho relativamente às contratações precárias e ao trabalho escravo. Outra alternativa para solucionar o grande problema da desocupação entre os jovens, principalmente entre aqueles de 15 a 24 anos de idade, é o incentivo ao empreendedorismo juvenil, nas modalidades de auto-emprego, micro e pequenas empresas e cooperativas, sendo que essa última, notadamente no campo, desburocratizando-se o procedimento para a concessão do crédito rural, além do acesso à terra e ao trabalho comunitário ou solidário, que vem a ser o trabalho voluntário.

Outro ponto abordado no GT, motivo de grande preocupação dos jovens, é a fiscalização efetiva da Lei nº 6.494, de 7 de dezembro de 1977 (Lei do Estágio), na medida em que os estudantes, muitas vezes, ao serem contratados pelas empresas como estagiários, não realizam atividades em condições de lhes proporcionar experiência prática na sua linha de formação. Como o contrato de estágio não gera vínculo empregatício, muitos empregadores utilizam tais jovens como meros empregados.

Também reivindicou-se a divulgação, a revisão e a fiscalização da Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, que alterou vários artigos (403 e seguintes) da Consolidação das Leis do Trabalho, a fim de criar o contrato de aprendizagem.

SAÚDE, SEXUALIDADE E DEPENDÊNCIA QUÍMICA

Os pontos de destaque, nas propostas apresentadas neste GT, enaltecem, mais uma vez, o papel da escola, na forma da inserção, nas disciplinas de filosofia e sociologia, incorporadas aos conteúdos curriculares do ensino médio, dos temas saúde, sexualidade, dependência química e violência. Reivindicou-se, ainda, nas áreas de educação e saúde, a criação de mecanismos que possibilitem aos jovens esclarecimentos sobre a diversidade sexual e a não-discriminação em virtude da orientação sexual do indivíduo.

Os jovens também se mostraram preocupados com as drogas consideradas lícitas. Nesse sentido, propuseram a revisão da legislação sobre bebidas alcoólicas, regulamentando a veiculação das propagandas e a criação de campanhas educativas a respeito do álcool, como substância causadora de dependência química.

CULTURA E ARTE

Este GT fez um clamor para que a cultura e arte não sejam mais vistas como simples instrumentos de entretenimento, mas como manifestações de resgate social, na qual o jovem torne-se protagonista de uma nova realidade social.

Propuseram que em cada instituição de ensino seja criado um núcleo de formação artística para incentivar as manifestações criativas e que o espaço físico das escolas possa ser utilizado nos finais de semana para a promoção de debates e oficinas de trabalho artístico e comunitário.

A regulamentação das rádios comunitárias também foi tratada no GT Comunicação.

Outras contribuições relevantes foram a publicação de um CD ROOM e cadernos que sirvam de guia cultural divulgando as datas e os locais dos eventos culturais; a transformação da TV Câmara e da TV Senado em canais abertos; a apresentação de programas educacionais em todos os canais abertos e a articulação de convênios com os principais espaços culturais como museus, salas de concerto, teatros e cinemas para que todos os jovens possam ter acesso às programações a eles destinadas.

ESPORTE E LAZER

A definição teórica do tema esporte e de lazer, sugerida pelo GT, aprimora o texto do *Relatório Preliminar* da Comissão Especial.

O GT propõe ainda a criação de um fundo nacional de investimento para as práticas desportivas e de lazer e de um conselho nacional deliberativo. Sugerem ainda os jovens a garantia de profissionalização do desporto e a inclusão do professor de educação física no Programa de Saúde da Família (PSF), que vem sendo implantado em todo o País, como importante estratégia para reordenação do modelo assistencial, priorizando as ações de promoção, proteção e recuperação da saúde dos indivíduos e da família de forma integral e contínua.

Por último, propõe o GT a reformulação dos *Jogos da Juventude: Universitários e Estudantis*, garantindo a participação da sociedade civil organizada e de todas as escolas públicas tendo como destaque a proposta de investimento em projetos que visem à implementação de equipamentos públicos multifuncionais (equipamentos comunitários) que integrem esporte, lazer e cultura nos meios urbano e rural.

COMUNICAÇÃO

Este GT propõe a participação da juventude no Conselho Nacional de Comunicação e uma transversalidade com o Conselho de Juventude que deverá ser proposto. Sugere ainda uma rede de agências jovens de informação, em âmbito nacional, chamado de *Portal de Juventude* que servirá de instrumento estratégico para a difusão do conhecimento produzido por todos os setores da sociedade e incentivo ao resgate de valores da cidadania para o desenvolvimento juvenil. Propõe também mapear todas as iniciativas juvenis e armazená-las em um banco de dados que estará disponível para todos os jovens. E por último, sugere realizar, no Brasil, uma edição do *Festival Mundial de Juventude*, que neste ano terá a sua 3ª edição, de 8 a 14 de agosto, em Barcelona e que pretende reunir 10.000 jovens para partilhar experiências em um único espaço. As demais sugestões já estavam contempladas nas cartas de alguns estados.

AFIRMAÇÃO DE IDENTIDADES (HOMOSSEXUAIS, AFRODESCENDENTES E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA)

O GT concluiu que as três temáticas mereciam discussão mais específica e mais ampla e, portanto, não deveriam estar em um mesmo grupo.

Jovem Homossexual

Todas as 27 proposições requerem o cumprimento do direito à igualdade de tratamento para todos os brasileiros nas áreas de saúde, de trabalho ou de educação, sem qualquer forma de discriminação. Há necessidade de formação adequada dos professores e dos profissionais da área de segurança pública para, respectivamente, abordarem o tema e o tratamento dos homossexuais. O GT trouxe como contribuições específicas a ampliação dos leitos nos hospitais para portadores de DST's/AIDS; a realização de cirurgias gratuitas, nos hospitais públicos, para a adequação de sexo com acompanhamento psicológico; passe livre para soropositivos; criação de delegacias especializadas em crimes contra homossexuais; distribuição de preservativos e remédios para jovens do grupo DST's e AIDS; mensagens educativas nos ônibus acerca do respeito à diversidade sexual; direito à mudança de nome na Carteira de Identidade aos transgêneros e defesa da realizado do contrato civil entre homossexuais.

Jovem Afrodescendente

Das 51 propostas oferecidas, sete tratam do direito à prática das religiões de origem africana, inclusive da sua oferta nas instituições escolares, como prevê o art. 33 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 que *estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDB)* e afirma que *o ensino religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas do ensino fundamental, assegurado o respeito à diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas, quaisquer forma de proselitismo*; duas das propostas dispõem sobre a demarcação de terras dos remanescentes dos quilombolas; e as demais, sobre a criação de programas que evitem a discriminação seja na área de educação, por meio da inclusão nos currículos escolares de disciplinas que valorizem a cultura africana, seja na área de trabalho, na contratação dos empregados utilizando o critério da diversidade étnica e cultural.

Destacamos algumas contribuições específicas como as cotas de acesso à universidade; revisão e edição de novos livros didáticos que valorizem a cultura negra; criação de linha de crédito para jovens com vocação empresarial; inclusão do fenótipo negro nas campanhas publicitárias do Governo; implementação da Lei 10.693, de 9 de janeiro de 2003 que altera a LDB para introduzir o ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e extensão do feriado de 20 de novembro, existente no Rio de Janeiro, dedicado à comemoração do Dia Nacional da Consciência Negra, para todo o País.

Tanto neste GT como em vários encontros regionais foi solicitada a criação de programa de tratamento para a anemia falciforme que é uma anemia grave, crônica, hereditária, freqüente na África Central e Mediterrânea e que está presente em algumas regiões do nosso País, nos afrodescendentes. A incidência e a prevalência da dor variam de acordo com a faixa etária, sexo, genótipo e alterações laboratoriais. A partir dos 15 e até os 25 anos de idade, observa-se aumento na incidência de crises dolorosas, principalmente nos pacientes do sexo masculino.

Jovem portador de deficiência

Proposta de acessibilidade aos prédios e locais públicos foi mais detalhada pelo GT que requer construção de rampas de acesso e adaptação de ônibus e cinemas com cadeiras especiais para pessoas com deficiência. Solicitaram também a capacitação dos professores do ensino fundamental e médio para o trabalho com alunos com deficiências motoras e mentais e o incentivo à publicação de obras em Braille.

JUVENTUDE E MEIO RURAL

A Juventude Rural demonstrou sua preocupação com o êxodo rural, causador de vários males como o desemprego e a violência no meio urbano, tendo como vítimas, principalmente os jovens. Para resolver essa problemática, os jovens apresentaram propostas de políticas públicas específicas visando ao fortalecimento da agricultura familiar e ao combate ao uso indiscriminado de agrotóxicos. Nesse sentido, debateram os temas educação, acesso à terra, comunicação, esporte, cultura e lazer e geração de trabalho e renda. Como destaques, temos, na área educacional, a sugestão de medidas que visam à criação e à ampliação de escolas objetivando à pedagogia da alternância, a exemplo das Escolas Familiares

Agrícolas. Na área do esporte, cultura e lazer, propuseram o incentivo ao resgate da auto-estima e da identidade do jovem rural, bem como da cultura local e do fortalecimento da prática de esportes e de diversas formas de lazer no campo. Na área de geração de trabalho e renda, os jovens sugeriram o incentivo e o apoio às atividades não agrícolas de empreendedorismo juvenil desenvolvidas com, por e para os jovens do e no campo e, finalmente, solicitaram a instituição de mecanismos que possibilitem chegar, ao meio rural, tecnologias de comunicação, fortalecendo a criação de rádios comunitários, e o apoio às existentes, visando à inclusão social no campo.

A juventude, reunida na Conferência, destacou ainda como desafios, o surgimento de um novo modelo de desenvolvimento rural para além da produção, baseado na inclusão social, principalmente da juventude e a valorização da identidade cultural da população rural por meio do acesso ao lazer, ao esporte e à cultura. Tudo isso tem o condão de tornar o campo um lugar bom para se viver, como uma opção de vida e não uma imposição para a juventude.

CIDADANIA, MOBILIZAÇÃO SOCIAL, AUTO-ORGANIZAÇÃO DA JUVENTUDE e DESENHO INSTITUCIONAL

Agrupamos os dois GTs para efeito de comentário, uma vez que os dois tratam das representações juvenis. O primeiro engloba todas as mobilizações juvenis, e, o segundo, as representações institucionais como conselho nacional de juventude, instituto nacional de juventude, conferência nacional de juventude e secretaria ou ministério da juventude.

Muitas das propostas do GT cidadania estão presentes em outros grupos, o que reforça a importância das colocações. As representações institucionais foram debatidas e as conclusões encaminham para a necessidade urgente de uma política nacional de juventude.

CIÊNCIA, TECOLOGIA, PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Parte das propostas discutidas e sistematizadas no GT estão contempladas na temática *educação* do Relatório Preliminar e nas cartas

dos encontros regionais. As demais podem aprimorar o texto da temática referida e, outras devem ser incorporadas ao subtítulo *pesquisa*, que deve integrar a temática *educação* ou *comunicação* nos marcos legais a serem propostos. Destacamos as sugestões sobre a importância da duplicação do valor e do número de bolsas para a iniciação científica e de pós-graduação; a isonomia no valor das bolsas pelas diferentes agências; a revisão dos critérios de concessão de bolsas pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (CAPES); a proteção intelectual dos resultados de pesquisas desenvolvidas nas universidades e institutos de pesquisa; o término da cobrança de mensalidades, nos cursos de pós-graduação de universidades públicas e, a ampliação da interatividade das universidades e dos institutos de pesquisa.

CULTURA DE PAZ

Segundo os jovens este tema tem seus pilares fundamentados na solidariedade, justiça, educação e liberdade e é da responsabilidade de todos.

A paz não é somente a ausência da guerra, mas também um estado espiritual, individual ou coletivo, uma harmonia social, cultural, política e econômica. A paz é também um modo de ser, uma maneira de viver. Portanto, para ter uma verdadeira cultura da paz, precisamos desenvolver a justiça, respeitar os direitos humanos e lutar contra a pobreza. Precisamos favorecer o diálogo intercultural, estabelecer uma aproximação entre os países, e dar poder às minorias para lutar contra a marginalização e a exclusão. A cultura da paz é, assim, a valorização e o resgate da dignidade humana envolvendo questões sociais, psicológicas e políticas.

Muitas das propostas oferecidas pelos proponentes do GT estão contempladas na temática *cidadania*, assim podemos ampliar aquele tema ou criar uma nova proposta temática para o Plano Nacional de Juventude. Outras como o incentivo à prática de esportes em geral com a finalidade de inclusão social e a elaboração de uma política de educação integral estão, respectivamente, contempladas em desporto e educação.

Dentre as propostas oferecidas destacamos a necessidade de recepcionar, nos textos legais, a serem propostos pela Comissão, a criação de espaços para reflexão sobre a violência e a construção da paz onde seriam discutidos temas atuais como racismo, globalização,

homossexualismo, e minorias; a divulgação aos jovens das iniciativas e dos planos de formação para a cultura de paz nas instituições governamentais e não governamentais e conscientização dos responsáveis pelos meios de comunicação sobre a veiculação da cultura de paz, em vez da cultura da violência.

MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Este Grupo foi um dos que mais apresentaram propostas, todas visando ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e ao progresso econômico sustentável, tendo como eixo principal a educação, na forma da capacitação de educadores para o desenvolvimento de projetos de preservação e reestruturação ambiental e da inclusão, nos conteúdos curriculares, dos temas turismo sustentável e direito ambiental, esse último no ensino superior.

JUVENTUDE E POLÍTICAS PARA AS MULHERES

Neste GT, os jovens dividiram o tema em debate em sete tópicos, a saber: *saúde, direitos sexuais e reprodutivos; violência contra a mulher; a mulher e a questão étnica racial; espaço agrário e ambiental; educação não sexista; participação política e trabalho das mulheres.*

Matérias polêmicas foram propostas, a exemplo da legalização do aborto e da exigência de agilidade na execução do aborto legal, garantindo sua realização nos hospitais no início da gravidez.

Na área da saúde, o destaque ficou por conta das propostas que visam à proteção à mãe adolescente, bem como à capacitação de profissionais da saúde e de educadores nas questões relacionadas à sexualidade da jovem mulher.

Visando ao combate à *Violência contra a mulher*, propuseram os jovens a implantação das delegacias especiais da mulher em todos os municípios com mais de 50 mil habitantes, exclusivamente comandadas e operacionalizadas por mulheres e o combate à prostituição infantil, além da adoção de uma campanha com o lema *Nossa luta é todo dia, nosso corpo não é mercadoria.*

Com relação ao aspecto agrário e ambiental, propôs-se o acesso das mulheres ao Programa Nacional de Fortalecimento da

Agricultura Familiar. No tópico *Educação Sexista*, sugeriram os jovens a ampliação da educação profissionalizante para as mulheres, com a criação de novos cursos e garantia do acesso aos existentes.

Quanto à *participação política*, sugeriu-se a formação política das jovens mulheres, visando à sua inserção nos espaços e nas decisões até hoje exclusivos dos homens.

Merecem ainda destaque, no tema *Trabalho das Mulheres*, as sugestões de combate ao trabalho infantil doméstico e da implantação de políticas trabalhistas que permitam equidade de salário e livre acesso das mulheres a todos os setores profissionais.

EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL

Os membros do GT em sete afirmativas demonstraram a importância da educação não-formal, em complementação à educação formal, institucional e escolar que está ocupando os espaços disponíveis na comunidade, e vem sendo chamada, por meio dos movimentos juvenis e organizações não-governamentais, a compor decisões nas diferentes esferas de Governo.

Nos GTs de cidadania e dos movimentos estudantis, os jovens também discutiram problemáticas semelhantes as discutidas neste GT. Nesse destaca-se a criação do selo de qualidade na promoção social, que ateste a participação de empresas nas atividades de educação não-formal.

Em todas as proposições do GT, foi indicada a necessidade de participação permanente do Estado como fiscalizador e proponente ideológico das políticas públicas.